



JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXV - Edição Nº 3060 - 16 de outubro de 2025

ATOS DA SASC



1 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM/ITAJAÍ.
2 Ao nono dia do mês de maio de 2025 (09/05/2025), às duas horas e quinze minutos,
3 reuniram-se de forma on-line para a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos
4 Direitos da Mulher as seguintes **conselheiras governamentais**: Aruana Boettcher da
5 Costa, Karine Monn, Debora Mendes Satin, Katiusa Vellozo e Thamara Garcia Del Mir. E
6 com as seguintes **conselheiras não governamentais**: Djanine Gisele Machado, Laura
7 Munchen, Cleonice F. Fiorentin Comunello, Larissa Pereira Santana, Regina de Jesus
8 Almeida, Natali Nascimento, Leticia Cassanego e Karla Maria Roza Paulo. Abriu os
9 trabalhos, a presidente Aruana cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a
10 reunião. **1ª ORDEM DO DIA – Momento da Secretaria**: Leitura e aprovação da ata da
11 reunião ordinária que ocorreu no dia 04 de abril de 2025 de forma presencial. Todas
12 as conselheiras receberam a ata previamente. A ata foi aprovada. **Correspondências**
13 **recebidas e enviadas**: Recebido e-mail do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher com
14 a PORTARIA GM/MULHERES Nº 66, DE 25 DE ABRIL DE 2025 que Aprova o
15 Regimento Interno da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 5ª CNPM.
16 **Ausências justificadas**: Danielle Cadan justificou em função de compromisso de trabalho.
17 As justificativas foram aprovadas. **2ª ORDEM DO DIA – Evento Agosto Lilás**: com o
18 objetivo de iniciar o planejamento e a programação das ações do conselho para o mês do
19 Agosto Lilás foram debatidas algumas possibilidades de ações ficando definido pela
20 plenária as seguintes ações do conselho: uma caminhada, um momento de arte
21 intervenção e o uso da tribuna na câmara de vereadores. A presidente Aruana se colocou
22 a disposição para verificar junto a gestão da SAS a possibilidade de recurso para custear
23 camisetinhas e cartazes. A conselheira Thamara lembrou que este evento é um evento
24 municipal e por isso a Secom precisa participar da confecção das artes. **3ª ORDEM DO**
25 **DIA – Comissão para eleição biênio 2025-2027**: Formada a comissão que irá
26 acompanhar e fiscalizar a próxima eleição do conselho, sendo formada pelas
27 conselheiras governamentais Aruana e Karine e pelas não-governamentais Natali e
28 Larissa. **4ª ORDEM DO DIA – Comissão de Comunicação**: a conselheira Thamara
29 informou que a comissão não conseguiu se reunir. A conselheira Luana sugeriu que a
30 comissão se reúna para elaborar as artes e levar para a plenária aprovar. Aruana se
31 colocou a disposição para integrar esta comissão. **5ª ORDEM DO DIA – Palavra Livre**:
32 (1) a conselheira Leticia Cassanego informou que Jucelaine está em contato com o
33 vereador Cris para verificar como está o processo da alteração da lei do conselho junto a
34 câmara de vereadores, e este informou que a mesma retornou para a prefeitura, o
35 vereador irá verificar a possibilidade de agendar horário com o prefeito para tratar desse
36 assunto, deliberado pela plenária que as conselheiras Cleonice, Aruana e Karine irão
37 acompanhar o andamento dessa pauta. (2) as conselheiras deliberaram por enviar um
38 ofício ao Secretário de AS solicitando informações sobre a conferência municipal dos
39 direitos da mulher. (3) a conselheira Leticia Cassanego convidou a todos para a 1ª noite
40 do pastel beneficente da Associação Ação em Saúde que irá acontecer na data de hoje
41 às 18:30 na Paróquia São Vicente de Paulo, também fez o convite para a Semana da
42 Fibromialgia que irá acontecer na próxima semana com diversas ações pelo município
43 sobre a temática. A presidente agradeceu a participação de todas. Sem mais para tratar,
44 eu, Angela C. Hames, lavrei a presente ata que após lida, será assinada pelas
45 conselheiras presentes.

Lei Municipal Nº 441/2023
conselhodamulher@itajai.sc.gov.br

1 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM/ITAJAÍ.
2 Ao sexto dia do mês de junho de 2025 (06/06/2025), às duas horas e dezessete minutos,
3 reuniram-se de forma presencial para a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos
4 Direitos da Mulher as seguintes **conselheiras governamentais**: Aruana Boettcher da
5 Costa, Karine Monn, Debora Mendes Satin, Katiusa Vellozo e Regina de Jesus Almeida. E
6 com as seguintes **conselheiras não governamentais**: Djanine Gisele Machado, Cleonice
7 F. Fiorentin Comunello, Sandra Lee de Souza Larissa Pereira Santana, Natali
8 Nascimento, Leticia Cassanego e Karla Maria Roza Paulo. Abriu os trabalhos, a
9 presidente Aruana cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião. **1ª**
10 **ORDEM DO DIA – Momento da Secretaria**: Leitura e aprovação da ata da reunião
11 ordinária que ocorreu no dia 09 de maio de 2025 de forma presencial. Todas as
12 conselheiras receberam a ata previamente. A ata foi aprovada. **Correspondências**
13 **recebidas e enviadas**: Foi levantada o Ofício 06 deste Conselho para o Gabinete da
14 SAS, na pessoa do Secretário André Leonardo Severino, informando sobre a aprovação
15 do regimento interno da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e as
16 consequentes conferências estaduais e municipais. **Ausências justificadas**: Thamara
17 Garcia Del Mir. **2ª ORDEM DO DIA – Conferência Municipal dos Direitos da Mulher**: A
18 discussão foi extensa e detalhada, abordando desde aspectos legais até logísticos.
19 Relato da reunião com o Secretário Municipal, em que foi abordada a necessidade de um
20 decreto oficial do Prefeito para autorizar a realização da conferência. A decisão ainda
21 depende de confirmação da data junto ao Estado, para evitar sobreposições com a
22 conferência estadual. Houve consenso de que a conferência municipal deve acontecer,
23 respeitando todos os trâmites legais, incluindo a contratação, via licitação, de empresa
24 especializada em organização de eventos. Previsão de realização para o dia 25 de julho
25 (sexta-feira), com abertura solene, e continuidade das atividades no dia seguinte, 26 de
26 julho (sábado), aproveitando a estrutura escolar e buscando maior adesão. Foram
27 sugeridos como possíveis locais a Univali, o teatro local, auditórios escolares e da
28 Secretaria de Educação. Considerou-se a necessidade de espaços com salas paralelas
29 para os debates em eixos temáticos. Apresentação dos cinco eixos temáticos definidos
30 pelo governo federal para a conferência: 1. Democracia, participação e governança das
31 mulheres na política e nos espaços de poder. 2. Trabalho, equidade salarial e autonomia
32 econômica. 3. Territórios livres de violência e qualificação das redes de atenção à mulher.
33 4. Direito ao território e sustentabilidade. 5. Educação não sexista e cultura para
34 igualdade. Destacou-se ainda a importância de um local com estrutura adequada para os
35 grupos de trabalho dos eixos, a necessidade de compilar as propostas finais e enviá-las à
36 conferência estadual dentro do prazo legal. A previsão é que isso ocorra até 28 de julho.
37 Ficou definida também a Comissão Organizadora para a Conferência: Foram indicadas
38 para compor a comissão organizadora as conselheiras Karine, Thamara, Sandra, Regina,
39 Janine, Cléo, Karla e Aruana. A comissão está paritária desta forma. A comissão ficará
40 responsável por planejar a programação, articular os parceiros, definir o orçamento e
41 acompanhar o processo de licitação. **3ª ORDEM DO DIA – Eleição para o biênio 2025-**
42 **2027**: Foi formalizada a criação da comissão encarregada da organização do processo

Lei Municipal Nº 441/2023
conselhodamulher@itajai.sc.gov.br

43 eleitoral para a próxima gestão do Conselho, que abrangerá o biênio 2025-2027. A
44 comissão já está constituída, com a participação de representantes paritárias, e dará
45 continuidade à elaboração do edital, cronograma e outros procedimentos pertinentes. **5ª**
46 **ORDEM DO DIA – Palavra Livre**: Na palavra livre, foram abordadas questões ligadas à
47 inclusão de mulheres portadoras de fibromialgia nas atividades do Conselho,
48 reconhecendo as dificuldades enfrentadas por este grupo e a necessidade de políticas
49 públicas específicas. Também foi reforçado o compromisso das conselheiras com a
50 realização da conferência, apesar dos desafios burocráticos e prazos curtos. A presidente
51 agradeceu a participação de todas. Sem mais para tratar, eu Marcello de Moraes Dias e
52 Moraes, lavrei a presente ata que após lida, será assinada pelas conselheiras presentes.



CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social

DATA: 06/06/2025 HORA: 14:00

GOVERNAMENTAL

Nº	GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Aruana Boettcher da Costa	(47) 98802-0876	Titular	Assistência Social		aruana.boettcher@hotmail.com
02	Alessandra da Silva de A. Costa	(47) 99186-4750	Suplente	Assistência Social		alessandra.costa@itajai.sc.gov.br
03	Karine Monn	(47) 99927-5105	Titular	Desenv. Econômico		karine.monni@itajai.sc.gov.br
04	Nicoly Maestri Rosa	(47) 99769-5783	Suplente	Desenv. Econômico		nicoly.maestri@itajai.sc.gov.br
05	Diane Alves da Silva	(98) 99205-8079	Suplente	Fundação Cultural		diane.silva@itajai.sc.gov.br
06	Israel José Fausto	(47) 99259-5612	Suplente	Fundação Cultural		israel.fausto@itajai.sc.gov.br
07	Debora Mendes Satin	(47) 99906-0971	Titular	Prom. da Cidadania		debora.satin@hotmail.com
08	Katiusa Evaristo Vellozo	(47) 99993-4439	Suplente	Prom. da Cidadania		katiusa.velozo@hotmail.com
09	Thamara Garcia Del Mir	(47) 99995-4957	Titular	Secretaria de Saúde		thamara.garcia@itajai.sc.gov.br
10	Maria do Carmo Cabral	(47) 99903-5900	Suplente	Secretaria de Saúde		asmariadocarmo@itajai.sc.gov.br
11	Danielle Cadan	(47) 3398-6286	Titular	DPCAMI		danielle.cadan@pc.sc.gov.br
12	Jacqueline Prestes Leal	(47) 99921-4137	Suplente	DPCAMI		jacqueline@pc.sc.gov.br
13	Regina de Jesus Almeida	(47) 99122-1916	Titular	Sec. Educação		diversidade@edu.itajai.sc.gov.br
14	Juliana Pereira Nunes Fuman	(47) 99974-7025	Suplente	Sec. Educação		culturaetravessura@edu.itajai.sc.gov.br

CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social

DATA: 08/06/2025 HORA: 14:00

NÃO GOVERNAMENTAL

Nº	NÃO GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Cleonice Fátima Fiorentin Comunello	(47) 99905-7286	Titular	SINDIFÓZ		cleonicef50@hotmail.com
02	Sandra Lee de Souza	(47) 99230-8052	Suplente	SINDIFÓZ		sandraledesouza@yahoo.com.br
03	Larissa Pereira de Santana	(47) 98402-0711	Titular	Santa Paulina		psicologiasocial.casp@gmail.com
04	Julia Custódio	(47) 98497-2823	Suplente	Santa Paulina		julia.custodio@casasintapaulina.com.br
05	Jucelaine Marci Cardoso Perle	(47) 99239-2417	Titular	Ação em Saúde		jucelaine Cardoso Perle@hotmail.com
06	Leticia Maria Zan Cassanego	(47) 98412-9404	Suplente	Ação em Saúde		lmzani@hotmail.com
07	Leticia Helena Prochnow	(47) 98829-6186	Titular	CDHI		leticia.prochnow@hotmail.com
08	Leura Giulia Munchen	(51) 99393-2103	Suplente	CDHI		lauramunchen@outlook.com
09	Djanine Gisele Machado	(47) 99988-4405	Titular	OAB Subseção Itajaí		escritorio@djanine.adv.br
10	Irani Someres Dias	(47) 99118-0386	Suplente	OAB Subseção Itajaí		advdisi@hotmail.com
11	Karla Maria Roza Paulo	(47) 98851-3811	Titular	Casa Alva		tecnicadali@gmail.com
12	Flavia Andreia Pereira Umpierre	(47) 99142-1782	Suplente	Casa Alva		tecnicadali@gmail.com



13	Natali Nascimento	(47) 99558-5773	Titular	Univali		nat@univali.br
14	Fabiana de Bittencourt Rangel	(47) 99967-0727	Suplente	Univali		fabianar@univali.br



1 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM/ITAJAÍ.

2 Ao quarto dia do mês de julho de 2025 (04/07/2025), às duas horas e quatorze minutos,
3 reuniram-se de forma on-line para a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos
4 Direitos da Mulher as seguintes **conselheiras governamentais**: Aruana Boettcher da
5 Costa, Cinthia Renata Floriano, Gabriela Kelm do Nascimento, Elisabete Laurindo, Diene
6 Alves da Silva, Eliana Camargo Moreira, Regina de Jesus Almeida, Thamara Garcia Del
7 Mir. E com as seguintes **conselheiras não governamentais**: Djanine Gisele Machado,
8 Cleonice F. Fiorentin Comunello, Sandra Lee de Souza, Larissa Pereira Santana e Natali
9 Nascimento. Ouvintes: A Diretora Iokari Fritz, e as servidoras Angela Cristina Hames e
10 Evelyn Oliveira acompanharam a reunião junto com as novas conselheiras presentes na
11 SASC além do Secretário-Executivo, Marcello de Moraes Dias e Moraes. Abrindo os
12 trabalhos, a presidente Aruana cumprimenta todos os presentes e declarou aberta a
13 reunião. **1º ORDEM DO DIA – Momento da Secretaria**: Leitura e aprovação da ata da
14 reunião ordinária que ocorreu no dia 06 de junho de 2025 de forma presencial. Todas
15 as conselheiras receberam a ata foi enviada no momento da reunião, lida pelo Secretário-
16 Executivo, e aprovada para posterior assinatura e publicação. **Correspondências**
17 **recebidas e enviadas**: A maioria das representações governamentais foram substituídas,
18 os ofícios enviados pelas respectivas secretarias foram lidos, e as novas representantes
19 apresentadas e recebidas pela plenária. Foram mencionados ofícios enviados às
20 entidades convidadas para a Conferência Municipal dos Direitos da Mulher e ao Ministério
21 Público. Também houve retorno positivo de algumas instituições quanto à participação na
22 Conferência. Conselheiras presentes lamentaram a troca de representações
23 principalmente em meio ao planejamento da Conferência, a questão foi esmiuçada e
24 pacificada. **Ausências justificadas**: A conselheira Rosane apresentou justificativa para
25 sua ausência. **2º ORDEM DO DIA – Conferência Municipal dos Direitos da Mulher**: A
26 presidente Aruana reforçou os preparativos para a Conferência, programada para os dias
27 29 e 30 de agosto, no campus da Univali. A comissão organizadora, composta por
28 conselheiras e representantes da sociedade civil, já vinha se reunindo regularmente para
29 organização do evento. A programação preliminar inclui mesa de abertura, palestras
30 temáticas e grupos de trabalho. Destacou-se a importância da divulgação junto às
31 comunidades, principalmente nos bairros, para ampliar a participação popular. As
32 conselheiras foram orientadas a mobilizar suas redes de atuação. Foi informada a
33 intenção de garantir acessibilidade, tradução em Libras e o apoio da equipe da Univali no
34 suporte técnico e logístico. **3º ORDEM DO DIA – Evento Agosto Lilás**: A campanha
35 Agosto Lilás, de combate à violência contra a mulher, foi abordada como ação
36 complementar à Conferência. No debate foi sugerido pela plenária que o COMDIM esteja
37 presente em ações externas, feiras e eventos comunitários durante o mês. As
38 conselheiras concordaram em construir uma agenda colaborativa de atividades,
39 priorizando espaços públicos e de grande circulação, como escolas, centros de saúde e
40 unidades do CRAS. Foi proposta a produção de materiais informativos, com linguagem
41 acessível e enfoque nos serviços de proteção e denúncia. O COMDIM avaliará parcerias
42 para viabilizar a impressão desses materiais. **4º ORDEM DO DIA – Atualização sobre a**

Lei Municipal nº 441/2023
conselhdamulher@itajai.sc.gov.br

Aolov

[Handwritten signatures]

43 **Lei do Conselho (Regimento Interno)**: A presidente informou que a Lei Municipal nº
44 441/2023, que regulamenta o COMDIM, está vigente e será necessário revisar o
45 Regimento Interno para adequá-lo à nova legislação. Foi proposto que uma comissão
46 específica seja criada para essa revisão, com participação de conselheiras da sociedade
47 civil e governamentais. O prazo para conclusão da proposta de atualização será discutido
48 na próxima reunião ordinária. **5º ORDEM DO DIA – Processo Eleitoral**: Aruana informou
49 que o mandato atual do COMDIM se encerra em breve e que será necessário iniciar o
50 processo eleitoral para nova composição do conselho. O edital de convocação será
51 elaborado em conjunto com a Secretaria Executiva e deverá prever: Cronograma de
52 inscrição e habilitação de entidades; Regras para escolha das representantes da
53 sociedade civil; Posse da nova composição. As conselheiras foram orientadas a
54 acompanhar as publicações oficiais e a divulgar o processo junto às suas instituições de
55 origem. **6º ORDEM DO DIA – Palavra Livre**: Durante a palavra livre, foram tratadas as
56 seguintes questões: (1) Foi reforçada a importância da intersetorialidade nas ações de
57 políticas para mulheres, especialmente na articulação com a saúde, educação e
58 segurança pública. (2) Foi sugerido que o COMDIM atue mais firmemente na fiscalização
59 da implementação da Lei Maria da Penha nas escolas. (3) A presidente Aruana
60 agradeceu o empenho das conselheiras nos trabalhos da conferência e reiterou a
61 importância da participação efetiva e colaborativa em todos os espaços do conselho.
62 **Encerramento**: A presidente agradeceu a participação de todas. Sem mais para tratar, eu
63 Marcello de Moraes Dias e Moraes, lavrei a presente ata que após lida, será assinada
64 pelas conselheiras presentes.

[Handwritten signatures]



1 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ – COMDIM/ITAJAÍ.** Ao
2 primeiro dia do mês de agosto de 2025 (01/08/2025), às duas horas e quinze minutos, reuniram-
3 se de forma presencial, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, localizada na
4 Rua Antônio Caetano, número 105, no bairro Fazenda, para a Plenária Ordinária do Conselho
5 Municipal dos Direitos da Mulher as seguintes **conselheiras governamentais**: Cinthia Renata
6 Floriano, Viviane Alves Fernandes Pereira, Rosane Cristina Gonçalves, Eliana Camargo Moreira e
7 Juliana Pereira Nunes Furman. E as seguintes **conselheiras não governamentais**: Cleonice
8 Fátima Fiorentin Comunello, Djanine Gisele Machado, Sandra Lee de Souza, Larissa Pereira
9 Santana e Jucelaine Mareli Cardoso Perske. Ouvintes: A Diretora Iokari Fritz, e a servidora Evelyn
10 Oliveira acompanharam a reunião, além do Secretário-Executivo, Marcello de Moraes Dias e
11 Moraes. Abrindo os trabalhos, a presidente Djanine cumprimenta todos os presentes e declarou
12 aberta a reunião. **1º ORDEM DO DIA – Momento da Secretaria (Revisão e Assinatura de**
13 **Atas)**: Foi registrada a necessidade de atualização e assinatura das atas de (maio, junho e julho
14 de 2025). As atas foram apresentadas para assinatura e posterior publicação, ficando consignado
15 que, mesmo em caso de substituição por suplente, a assinatura seria válida em nome da entidade
16 representada. **Ausências justificadas**: As conselheiras Karla (Casa Alva), Natali (UNIVALI), e
17 Laura (COH) apresentaram justificativas para ausência. **2º ORDEM DO DIA – Conferência**
18 **Municipal dos Direitos da Mulher (Informações sobre o evento)**: As conselheiras avaliaram
19 positivamente a conferência realizada, com destaque a alguns pontos: (1) A qualidade da
20 palestrante convidada, a capacidade de resolução de problemas da equipe do Instituto Rani,
21 com menção especial de agradecimento a Assistente Social Indianara Trainotti por sua
22 contribuição técnica e condução dos trabalhos. (2) A boa participação do público e repercussão
23 favorável. (3) Sugestões para próximas edições: realização de pré-conferências para ampliar o
24 debate, possibilidade de evento em dois dias, escolha de local com maior estrutura e cuidado com
25 a logística (refeições, comunicação com fornecedores, eventos culturais). Foi enfatizada a
26 importância de constar tais observações em ata, a fim de orientar futuras gestões. **3º ORDEM DO**
27 **DIA – Organização e informações sobre a eleição do Conselho**: A Presidente relatou que, no
28 processo de credenciamento de entidades para a eleição do COMDIM, houve cinco inscrições de
29 um total de sete cadeiras disponíveis. Portanto, decidiu-se por a reabertura do edital por 15 dias,
30 com prazo final até 15 de agosto de 2025, para credenciamento das entidades remanescentes
31 (Casa Paulina e Direitos Humanos). A Comissão Eleitoral será composta por Eliana, Cinthia,
32 Larissa e Natali (ausente na reunião, com justificativa). O Fórum de Entidades e a Eleição da
33 mesa diretora ocorrerão em 05 de setembro de 2025, na sede do COMDIM, em conjunto com a
34 reunião ordinária. Ficou sugerida a realização de um café colaborativo para marcar a transição de
35 gestão. **4º ORDEM DO DIA – Organização do grupo de WhatsApp**: Foi aprovada a limpeza do
36 grupo oficial de WhatsApp, mantendo apenas as conselheiras atuantes da atual gestão, a fim de
37 garantir organização e comunicação institucional. **5º ORDEM DO DIA – Organização da rede**
38 **social e e-mail do COMDIM**: Deliberou-se que o acesso às senhas de e-mail e redes sociais
39 deve permanecer sob responsabilidade conjunta da presidente, vice-presidente e comissão de
40 comunicação/publicidade (além da Secretaria-Executiva), assegurando maior transparência e
41 continuidade. Também foi sugerida a adequação do nome do perfil do Instagram, passando a
42 incluir a sigla COMDIM, facilitando a identificação. **6º ORDEM DO DIA – Agosto Lilás –**
43 **cronograma de atividades**: Foram planejadas as seguintes ações: **08 de agosto**: participação
44 no Happy Hour Cultural na Praça Arno Bauer (Rua Hercílio Luz), com uso de banner, distribuição
45 de materiais informativos e presença de conselheiras em pontos estratégicos do evento. **14 de**
46 **agosto**: uso da tribuna da Câmara de Vereadores, às 17h30, pela Vice-Presidente, com apoio das

Lei Municipal nº 441/2023
conselhdamulher@itajai.sc.gov.br

[Handwritten signatures]

47 conselheiras, tratando da campanha Agosto Lilás, da conferência realizada e da necessidade de
48 aprovação da lei municipal referente ao COMDIM. Definida a importância da presença do maior
49 número possível de conselheiras, com identificação visual por camisetas. **30 de agosto**:
50 realização do "CineCOMDIM", às 10h00, na Biblioteca Pública, com exibição de
51 filme/documentário sobre violência contra a mulher, seguida de roda de conversa e acolhimento.
52 Será organizada atividade paralela para crianças, possibilitando a participação das mães. A arte
53 de divulgação seguirá o padrão da rede e será solicitada à Rede de Enfrentamento à Violência.
54 Por último, também foi discutida a possibilidade de descentralizar as ações para bairros
55 populosos, como São Vicente, além de promover parcerias com escolas e outras entidades. **7º**
56 **ORDEM DO DIA – Criação de portfólio e materiais de divulgação**: Foi debatida a importância de
57 materiais fixos de comunicação (cartilhas, folders, jornal institucional ou digital). Ficou registrado
58 como (sugestão à próxima gestão) a criação de portfólio e produção regular de materiais,
59 aproveitando a experiência acumulada e as ideias levantadas nesta reunião. **8º ORDEM DO DIA –**
60 **Palavra Livre**: Durante a palavra livre, foram tratadas as seguintes questões: (1) Debateu-se a
61 necessidade de atualização da Lei Municipal nº 441/2023, que rege os conselhos municipais, a
62 fim de permitir reuniões híbridas e regularizar ajustes de composição e funcionamento. (2)
63 Ressaltou-se que o regimento interno do COMDIM já está pronto, aguardando apenas a
64 aprovação da alteração legislativa. (3) Foram comentadas questões sobre suplência e
65 elegibilidade para cargos da mesa diretora, destacando-se a importância de observar o regimento
66 vigente para evitar futuras contestações. (4) Informou-se sobre a saída de conselheiras e a
67 chegada de novas indicações institucionais. **Encerramento**: A presidente agradeceu a
68 participação de todas. A próxima reunião foi confirmada para 05 de setembro de 2025, ocasião em
69 que ocorrerá uma reunião específica para a realização do Fórum de Entidades e a eleição da
70 nova mesa diretora, com sugestão de confraternização entre as conselheiras. Sem mais para
71 tratar, eu Marcello de Moraes Dias e Moraes, lavrei a presente ata que após lida, será assinada
72 pelas conselheiras presentes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ - COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social e Cidadania

DATA: 01/09/2025 HORA: 14:00

GOVERNAMENTAL

Nº	GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Aruana Boettcher da Costa	(47) 98802-0876	Titular	Assistência Social		aruana_boettcher@hotmail.com
02	Alessandra da Silva de A. Costa	(47) 99186-4750	Suplente	Assistência Social		alessandra.costa@itajai.sc.gov.br
03	Gabriela Kelm do Nascimento	(47) 99175-0645	Titular	Desenv. Econômico		gabriela.kelm@itajai.sc.gov.br
04	Nicolly Maestri Rosa	(47) 99769-5783	Suplente	Desenv. Econômico		nicolly.maestri@itajai.sc.gov.br
05	Elisabete Laurindo	(47) 9987-9158	Titular	Fundação Cultural		elisabete.laurindo@itajai.sc.gov.br
06	Diene Alves da Silva	(94) 99205-8079	Suplente	Fundação Cultural		diene.silva@itajai.sc.gov.br
07	Cinthia Renata Floriano	(47) 98851-4532	Titular	Prom. da Cidadania		cinthia.floriano@itajai.sc.gov.br
08	Viviane Alves Fernandes Pereira	(47) 99773-8290	Suplente	Prom. da Cidadania		viviane.pereira@itajai.sc.gov.br
09	Rosane Cristina Gonçalves	(47)999121367	Titular	Secretaria de Saúde		
10	Ana Tereza Canziani Pereira Bosch		Suplente	Secretaria de Saúde		
11	Danielle Cadan	(47) 3398-6286	Titular	DPCAM		danielle-cadan@pc.sc.gov.br
12	Jacqueline Prestes Leal	(47) 99921-4137	Suplente	DPCAM		jacpleal@pc.sc.gov.br
13	Elana Camargo Moreira	(47) 99961-6921	Titular	Sec. Educação		biblioteca@edu.itajai.sc.gov.br
14	Juliana Pereira Nunes Furman	(47) 99971-7025	Suplente	Sec. Educação		cultura@travessura@edu.itajai.sc.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ - COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social e Cidadania

DATA: / /2025 HORA: 14:00

NÃO GOVERNAMENTAL

Nº	NÃO GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Cleonice Fátima Florentin Comunello	(47) 99909-7286	Titular	SINDIFÓZ		cleonicef50@gmail.com
02	Sandra Lee de Souza	(47) 99210-8051	Suplente	SINDIFÓZ		sandraledesouza@yahoo.com.br
03	Larissa Pereira de Santana	(47) 98402-0711	Titular	Santa Paulina		psicologiasocial.casp@gmail.com
04	Júlia Custódio	(47) 98497-2823	Suplente	Santa Paulina		julia.custodio@casasantipaulina.com.br
05	Jucelaine Marell Cardoso Perske	(47) 99239-2417	Titular	Ação em Saúde		jucelaine@cardosoperske@hotmail.com
06	Leticia Maria Zani Cassanogo	(47) 98412-9404	Suplente	Ação em Saúde		lmzani@hotmail.com
07	Leticia Helena Prochnow	(47) 98829-6186	Titular	CDHI		leticia.prochnow@hotmail.com
08	Laura Giulia Munchen	(51) 99393-2101	Suplente	CDHI		lauramunchen@outlook.com
09	Djanine Gisele Machado	(47) 99988-4405	Titular	OAB Subseção Itajaí		escritorio@djanine.adv.br
10	Irani Somoos Dias	(47) 99118-0386	Suplente	OAB Subseção Itajaí		advdis@hotmail.com
11	Karla Maria Roza Paulo	(47) 98851-3811	Titular	Casa Alva		tecnicascadai@gmail.com



12	Flavia Andreia Pereira Unipierre	(47) 99142 1782	Suplente	Casa Alva		tecnicascadai@gmail.com
13	Natali Nascimento	(47) 99558-5773	Titular	Univall		natali@univall.br
14	Fabiana de Bittencourt Rangel	(47) 99967-0727	Suplente	Univall		fabianabr@univall.br

to Polaris 3 Fity.
Calvin de Oliveira



- 1 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ - COMDIM/ITAJAÍ.** Ao
2 quinto dia do mês de setembro de 2025 (05/09/2025), às duas horas e quinze minutos, reuniram-
3 se de forma presencial, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, localizada na
4 Rua Antônio Caetano, número 105, no bairro Fazenda, para a Plenária Ordinária do Conselho
5 Municipal dos Direitos da Mulher as seguintes **conselheiras governamentais:** Aruana Boettcher
6 da Costa, Cinthia Renata Floriano, Viviane Alves Fernandes Pereira, Rosane Cristina Gonçalves,
7 Eliana Camargo Moreira e Juliana Pereira Nunes Furman. E as seguintes **conselheiras não**
8 **governamentais:** Cleonice Fátima Florentin Comunello, Letícia Maria Zani Cassanogo, Djanine
9 Gisele Machado, Karla Maria Roza Paulo Larissa Pereira Santana e Jucelaine Marell Cardoso
10 Perske. Ouvintes: Diego Lopes (CDHI), e da SASC a Diretora Iokari Fritz, e a servidora Evelyn
11 Oliveira acompanharam a reunião, além do Secretário-Executivo, Marcello de Moraes Dias e
12 Moraes. Abriu os trabalhos, a presidente Aruana e a vice-presidente Djanine cumprimentaram
13 todos os presentes e declarou aberta a reunião. **1º ORDEM DO DIA – Momento da Secretaria:**
14 Foram lidas as comunicações gerais sobre mudanças administrativas enviadas a diversos
15 setores. As demais comunicações protocolares, para além das diretamente ligadas a eleição
16 foram postergadas para resolução em futuro momento. **Ausências justificadas:** As conselheiras
17 representando o CDHI apresentaram justificativas para ausência e requisitaram que Diego Lopes
18 representasse a instituição no momento da eleição. **2º ORDEM DO DIA – Fórum das**
19 **Organizações da Sociedade Civil:** Foram lidos os documentos com as indicações para a nova
20 gestão. Na sequência as representantes presentes se apresentaram, e após a chegada de
21 representantes que estavam atrasados e foi estabelecido o quórum para a eleição. **3º ORDEM DO**
22 **DIA – Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2025-2027:** Após confirmada a composição,
23 passou-se ao processo de eleição da nova mesa diretora do COMDIM: Presidente: Prof.ª Luciana
24 (Univall) – eleita por unanimidade. Vice-Presidente: Prof.ª Eliana Camargo (Educação) – eleita
25 por unanimidade. 1ª Secretária: **Márcia Guimarães** (OAB) – designada. 2ª Secretária: **Mayara**
26 (Segurança) – designada. As conselheiras destacaram a importância de dar continuidade às
27 pautas já iniciadas, em especial os encaminhamentos da 3ª Conferência Municipal de Políticas
28 para as Mulheres, bem como das conferências estadual e nacional. Ressaltou-se a necessidade
29 de planejamento estratégico da nova gestão, priorizando políticas públicas efetivas, campanhas
30 de conscientização e maior engajamento das conselheiras nas atividades. **4º ORDEM DO DIA –**
31 **Instituição das Comissões:** Ficou encaminhado que a nova mesa diretora definirá, em reunião
32 subsequente, a composição das comissões de trabalho do conselho, de acordo com as
33 necessidades e prioridades da gestão. **5º ORDEM DO DIA - Palavra Livre:** Durante a palavra
34 livre, foram tratadas as seguintes questões: (1) Conselheiras da gestão anterior, com
35 agradecimentos pelo trabalho conjunto, especialmente pela organização da conferência e pela
36 ampliação da publicidade dos atos do conselho. (2) Conselheiras recém-empossadas, que
37 expressaram compromisso com a união, a cooperação e a continuidade das lutas do COMDIM.
38 (3) O secretário-executivo, Marcello de Moraes Dias e Moraes, apresentou-se às novas
39 integrantes, colocando-se à disposição para apoio documental, regimental e administrativo.
40 **Encerramento:** A presidente eleita agradeceu a participação de todas. Sem mais para tratar, eu
41 Marcello de Moraes Dias e Moraes, lavrei a presente ata que após lida, será assinada pelas
42 conselheiras presentes.

Maíra S. Furman
Leticia Prochnow

Márcia S. Guimarães
Jucelaine M. C. Perske

Lei Municipal Nº 441/2023
conselhdamulher@itajai.sc.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ - COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social e Cidadania

DATA: 01/09/2025 HORA: 14:00

GOVERNAMENTAL

Nº	GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Aruana Boettcher da Costa	(47) 98802-0876	Titular	Assistência Social		aruana_boettcher@hotmail.com
02	Alessandra da Silva de A. Costa	(47) 99186-4750	Suplente	Assistência Social		alessandra.costa@itajai.sc.gov.br
03	Gabriela Kelm do Nascimento	(47) 99175-0645	Titular	Desenv. Econômico		gabriela.kelm@itajai.sc.gov.br
04	Nicolly Maestri Rosa	(47) 99769-5783	Suplente	Desenv. Econômico		nicolly.maestri@itajai.sc.gov.br
05	Elisabete Laurindo	(47) 9987-9158	Titular	Fundação Cultural		elisabete.laurindo@itajai.sc.gov.br
06	Diene Alves da Silva	(94) 99205-8079	Suplente	Fundação Cultural		diene.silva@itajai.sc.gov.br
07	Cinthia Renata Floriano	(47) 98851-4532	Titular	Prom. da Cidadania		cinthia.floriano@itajai.sc.gov.br
08	Viviane Alves Fernandes Pereira	(47) 99773-8290	Suplente	Prom. da Cidadania		viviane.pereira@itajai.sc.gov.br
09	Rosane Cristina Gonçalves	(47)999121367	Titular	Secretaria de Saúde		
10	Ana Tereza Canziani Pereira Bosch		Suplente	Secretaria de Saúde		
11	Danielle Cadan	(47) 3398-6286	Titular	DPCAM		danielle-cadan@pc.sc.gov.br
12	Jacqueline Prestes Leal	(47) 99921-4137	Suplente	DPCAM		jacpleal@pc.sc.gov.br
13	Elana Camargo Moreira	(47) 99961-6921	Titular	Sec. Educação		biblioteca@edu.itajai.sc.gov.br
14	Juliana Pereira Nunes Furman	(47) 99971-7025	Suplente	Sec. Educação		cultura@travessura@edu.itajai.sc.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE ITAJAÍ - COMDIM

LOCAL: Secretaria de Assistência Social e Cidadania

DATA: 01/09/2025 HORA: 14:00

NÃO GOVERNAMENTAL

Nº	NÃO GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01	Cleonice Fátima Florentin Comunello	(47) 99909-7286	Titular	SINDIFÓZ		cleonicef50@gmail.com
02	Sandra Lee de Souza	(47) 99210-8051	Suplente	SINDIFÓZ		sandraledesouza@yahoo.com.br
03	Larissa Pereira de Santana	(47) 98402-0711	Titular	Santa Paulina		psicologiasocial.casp@gmail.com
04	Júlia Custódio	(47) 98497-2823	Suplente	Santa Paulina		julia.custodio@casasantipaulina.com.br
05	Jucelaine Marell Cardoso Perske	(47) 99239-2417	Titular	Ação em Saúde		jucelaine@cardosoperske@hotmail.com
06	Leticia Maria Zani Cassanogo	(47) 98412-9404	Suplente	Ação em Saúde		lmzani@hotmail.com
07	Leticia Helena Prochnow	(47) 98829-6186	Titular	CDHI		leticia.prochnow@hotmail.com
08	Laura Giulia Munchen	(51) 99393-2101	Suplente	CDHI		lauramunchen@outlook.com
09	Djanine Gisele Machado	(47) 99988-4405	Titular	OAB Subseção Itajaí		escritorio@djanine.adv.br
10	Irani Somoos Dias	(47) 99118-0386	Suplente	OAB Subseção Itajaí		advdis@hotmail.com
11	Karla Maria Roza Paulo	(47) 98851-3811	Titular	Casa Alva		tecnicascadai@gmail.com
12	Flavia Andreia Pereira Unipierre	(47) 99142 1782	Suplente	Casa Alva		tecnicascadai@gmail.com



13	Natali Nascimento	(47) 99558-5773	Titular	Univai	natali@univai.br
14	Fabiana de Bittencourt Rangel	(47) 99967-0727	Suplente	Univai	fabianabr@univai.br

Diogo Lopes Costa 47 999724332 suplente CDH I
birobian@CDH.ITJ.OA

ATOS DO CGFDC



Conselho Gestor do Fundo Defesa do Consumidor - CGFDC
Criado pela Lei municipal n. 5.950 de 21/11/2011

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO DO CGFDC

No primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, reuniram-se em **Sessão Extraordinária** os membros do Conselho Gestor do Fundo de Defesa do Consumidor - CGFDC, por meio de sessão virtual (<https://meet.google.com/lej-qudr-exb>) e nos termos do Decreto Municipal n. 11.989/2020, o Procurador-Geral e Presidente CGFDC, Dr. **Marcio Cristiano Dornelles Dias**; o Secretário Municipal da Fazenda, representado pela Diretora Executiva, Sra. **Rafaela Patricia Nascimento Kunrath**; o Procurador Municipal com atuação na Procuradoria de Defesa do Consumidor - PROCON, Dr. **Salesio Pedrini**; o Agente em Atividades Administrativa com atuação no PROCON, Sr. **Juliano Soares Castilhos**; bem como os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CMDC, a representante do PROCON e Secretária do CGFDC, Sra. **Karoline Soyan Mendes Dolzan**; o representante da Procuradoria Geral do Município - PGM, Sr. **Jeancarlo Gorges**; a representante da Secretaria da Fazenda Municipal - SEFAZ, Sra. **Caroline Espindola Pereira**; a representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itajaí - CDL, Sra. **Silvana Conceição Moreira**; a representante do Sindicato dos Empregados do Comércio de Itajaí, Sra. **Pamela Medeiros Gomes**, e o representante da União das Associações do Município de Itajaí - UNAMI, Sr. **Maicon Rodrigues**; constatando-se a ausência justificada do representante da Associação Empresarial de Itajaí - ACII, Sr. **Pablo José Rossini**. Verificado o quórum regimental, declarou-se aberta a sessão. Inicialmente, procedeu-se à análise do andamento da solicitação formulada pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CMDC), no que se refere ao pedido da aquisição de software para a realização de videoconferência do CMDC (SIPE 119156/2025-e), sendo deliberado e aprovado, por unanimidade, a aquisição de 05 (cinco) usuários do serviço Microsoft 365 Busines Standard, no valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) por unidade, que serão utilizados pelo CMDC e PROCON. Ato contínuo, Dr. **Márcio** informou sobre recebimento do projeto educativo "Conecta Verde - Inteligência Artificial para um Consumo Consciente e Sustentável", elaborado pela Fundação Universitária do Vale do Itajaí - UNIVALI e apresentado pelo PROCON (SIPE 319872/2025-e). Após deliberação, os Conselheiros aprovaram, unanimemente, a escolha do Conselheiro Jeancarlo como relator, para análise e apresentação do referido projeto ao CGFDC e ao PROCON. Por fim, nada

Avenida Joca Brandão, n. 655, Bairro Centro, CEP 88.301-441, Itajaí/SC
Página 1 de 2

2



DATA: 05/10/2025 HORA: 14:00

NÃO GOVERNAMENTAL

Nº	NÃO GOVERNAMENTAL	TELEFONE	T/S	ENTIDADE	ASSINATURA	E-mail
01			Titular	SINDIFOZ		
02			Suplente	SINDIFOZ		
03			Titular	Santa Paulina		
04			Suplente	Santa Paulina		
05	José Carlos	47 99412404	Titular	Ação em Saúde		
06	Guilherme P. A. Verso	47 992558219	Suplente	Ação em Saúde		
07			Titular	CDHI		
08	Diogo Lopes Costa	47 999724332	Suplente	CDHI		
09	Marcelo Gonçalves	47 99220798	Titular	OAB Subseção Itajaí		
10	Priscila Guedes Moraes	47 995884425	Suplente	OAB Subseção Itajaí		
11			Titular	Casa Alva		
12			Suplente	Casa Alva		
13			Titular	Univai		
14			Suplente	Univai		



Conselho Gestor do Fundo Defesa do Consumidor - CGFDC
Criado pela Lei municipal n. 5.950 de 21/11/2011

mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão pelo Presidente, consignando-se que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 03/12/2025 às 15h, sendo lavrada a presente ata, por mim Karoline Soyan Mendes Dolzan, que lida, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

Documento assinado digitalmente
MARCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Data: 05/10/2025 14:05:1000
Verifique em <https://validar.itj.gov.br>

MARCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Presidente do CGFDC

KAROLINE S. M. DOLZAN
Secretária do CGFDC



ATOS DO CMDCA



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ITAJAÍ – SC.

RESOLUÇÃO Nº026 /2025/CMDCA, 07 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPOE SOBRE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CHANCELA DA ASSOCIAÇÃO AMOR PRA DOWN NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itajaí (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 441, de 06 de novembro de 2023 e suas alterações;

Considerando a Lei Federal nº8.069/1990 de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente os arts. 260 a 260-I, alterados pela lei 14.692/2023, de 03/10/2023;

Considerando a Resolução nº 137/2010/CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 441, de 06 de novembro de 2023 e suas alterações, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando que os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades para o atendimento à criança e ao adolescente;

Considerando que é facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente chancelar projetos, mediante edital específico que estabelecerá as normas gerais e específicas da chancela;

Considerando os arts. 10, 12, 13 e 14 da Resolução nº 137/2010 do CONANDA que dispõe sobre as orientações aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescente sobre a captação e aplicação dos Recursos do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente;

Endereço: Antônio Caetano, 105- telefone: (47) 3248-9483 – E-mail: cmdca@itajai.sc.gov.br



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ITAJAÍ – SC.

Considerando o princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente no âmbito das políticas públicas;

Considerando que compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente maximizar as receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo uma das formas, garantir um incremento de receitas para o Fundo e elaborar estratégias que visam mobilizar recursos por meio de doações captadas por meio de pessoas físicas e jurídicas, utilizando os benefícios fiscais referentes ao imposto de renda, conforme previsto no ECA;

Considerando a Resolução nº 026/2024/COMDICA, de 06 de agosto de 2024 da qual regulamenta o processo de seleção de projetos para captação de recursos das instituições privadas sem fins lucrativos na modalidade chancela e dá outras providências;

Considerando a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2025 aprovado com 14(quatorze) votos.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Chancela da ASSOCIAÇÃO AMOR PRA DOWN, titulado como: Inclusão & Superação: Projeto para captação de recurso no valor de R\$ 640.809,69(seiscientos e quarenta mil, oitocentos e nove reais e sessenta e nove centavos).

Art.2º Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Murilo Duarte
Presidente do CMDCA

Endereço: Antônio Caetano, 105- telefone: (47) 3248-9483 – E-mail: cmdca@itajai.sc.gov.br



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ITAJAÍ – SC.

RESOLUÇÃO Nº027 /2025/CMDCA, 07 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPOE SOBRE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CHANCELA DO GRUPO DE ESTUDOS E DE APOIO A ADOÇÃO DE ITAJAÍ LAÇOS ENCONTRADOS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itajaí (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 441, de 06 de novembro de 2023 e suas alterações;

Considerando a Lei Federal nº8.069/1990 de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente os arts. 260 a 260-I, alterados pela lei 14.692/2023, de 03/10/2023;

Considerando a Resolução nº 137/2010/CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 441, de 06 de novembro de 2023 e suas alterações, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando que os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades para o atendimento à criança e ao adolescente;

Considerando que é facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente chancelar projetos, mediante edital específico que estabelecerá as normas gerais e específicas da chancela;

Considerando os arts. 10, 12, 13 e 14 da Resolução nº 137/2010 do CONANDA que dispõe sobre as orientações aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescente sobre a captação e aplicação dos Recursos do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente;

Endereço: Antônio Caetano, 105- telefone: (47) 3248-9483 – E-mail: cmdca@itajai.sc.gov.br



CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ITAJAÍ – SC.

Considerando o princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente no âmbito das políticas públicas;

Considerando que compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente maximizar as receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo uma das formas, garantir um incremento de receitas para o Fundo e elaborar estratégias que visam mobilizar recursos por meio de doações captadas por meio de pessoas físicas e jurídicas, utilizando os benefícios fiscais referentes ao imposto de renda, conforme previsto no ECA;

Considerando a Resolução nº 026/2024/COMDICA, de 06 de agosto de 2024 da qual regulamenta o processo de seleção de projetos para captação de recursos das instituições privadas sem fins lucrativos na modalidade chancela e dá outras providências;

Considerando a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2025 aprovado com 14(quatorze) votos.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Chancela do GRUPO DE ESTUDOS E DE APOIO A ADOÇÃO DE ITAJAÍ LAÇOS ENCONTRADOS, titulado como: Diagnóstico a Serviço da Adoção: Projeto para captação de recurso no valor de R\$ 226.666,67(duzentos e vinte seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Art.2º Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Murilo Duarte
Presidente do CMDCA

Endereço: Antônio Caetano, 105- telefone: (47) 3248-9483 – E-mail: cmdca@itajai.sc.gov.br

ATOS DO COMDECON



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

comdecon@itajai.sc.gov.br
Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 de 18/06/91
Rua Manoel Vieira Garção, 120, salas 601/602, CEP 88.301-425 Itajaí – SC. Fone (47) 3241-7420
comdecon@itajai.sc.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES – COMDECON

Recurso: nº 169403/2025
Espécie: Recurso Voluntário
Recorrente: Eduardo José de Borba Duarte
Recorrida: Fazenda Municipal
Relator: Romoaldo Reck Filho

Ementa: TRIBUTÁRIO – ITBI – INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A BASE DE CÁLCULO DO ITBI – VALOR PRATICADO ABAIXO DO MERCADO – LANÇAMENTO DE OFÍCIO PELA AUDITORIA FISCAL ATRAVÉS DA NOTIFICAÇÃO N.º 3562/2018-2023. IMPUGNAÇÃO ALEGANDO DECADÊNCIA E ILEGALIDADE NA NOTIFICAÇÃO. OJPF JULGOU IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO, MANTENDO HÍGIDA A NOTIFICAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO A ESTE CONSELHO DE CONTRIBUINTES. FALTA DE DIALETICIDADE RECURSAL. MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS EXPOSTOS NA IMPUGNAÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

- 1 – Trata-se de recurso voluntário, insatisfeita com a decisão de primeira instância que julgou improcedente a impugnação administrativa combatendo a Notificação n.º 3562/2018-2023;
- 2 – Alegação em segunda instância que repete argumentos expostos na impugnação, sem atacar a decisão recorrida.
- 3 – Falta de dialeticidade recursal, haja vista o recorrente trazer ao recurso os mesmos argumentos expostos na primeira instância administrativa.
- 3 – Recurso não recebido por falta de dialeticidade recursal.

Página 1 de 2



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

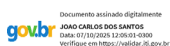
comdecon@itajai.sc.gov.br
Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 de 18/06/91
Rua Manoel Vieira Garção, 120, salas 601/602, CEP 88.301-425 Itajaí – SC. Fone (47) 3241-7420
comdecon@itajai.sc.gov.br

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de Itajaí, sob a Presidência do Conselheiro João Carlos dos Santos, na conformidade do julgamento, por unanimidade, votaram pelo **NÃO RECEBIMENTO DO RECURSO**, nos termos do Voto do Relator.

Itajaí, 25 de setembro de 2025.


ROMOALDO RECK FILHO
Relator


JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Presidente do COMDECON



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

- Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 de 18/06/91 –
Rua Manoel Vieira Garção, 120 salas 601/602 – CEP 88.301-425 – Centro – Itajaí - SC -
Fone (47) 3241-7420
comdecon@itajai.sc.gov.br

RECURSO VOLUNTÁRIO: 452-24 – ITJ-REC
PROCESSO: 6619/2023-ITJ-REC
RECORRENTE: ALEXSANDRO BRIEDIS
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA
CONSELHEIRA: GLADIS REGINA DE OLIVEIRA ARAGAO
ASSUNTO: Arbitramento de ITBI

EMENTA

TRIBUTÁRIO. ITBI. ARBITRAMENTO. BASE DE CÁLCULO. VALOR VENAL. AVALIAÇÃO PARA FINS DE FINANCIAMENTO. NULIDADE FORMAL. AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA. NORMA NBR 14653-2 NÃO OBSERVADA. RECURSO PROVIDO.

1. A base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) não pode ser arbitrada unilateralmente pela Fazenda Municipal com base em valor de referência não estabelecido por lei específica, conforme preconiza o Artigo 52, §2º, do Código Tributário Municipal.
2. A legislação municipal, em especial o Artigo 3º da Lei Complementar nº 308/2017, impõe que o arbitramento da base de cálculo do ITBI observe a norma ABNT NBR 14653-2 ou equivalente, que trata da avaliação de bens imóveis para fins de apuração do valor venal.
3. A avaliação elaborada por agente financeiro para fins de financiamento habitacional possui finalidade e critérios próprios, muitas vezes mais conservadores ou restritivos em relação ao mercado, não se prestando, isoladamente, a definir o valor venal para fins tributários.
4. A utilização exclusiva da avaliação de imóvel para fins de financiamento bancário caracteriza a adoção de método aleatório, expressamente vedado pelo Artigo 52 da Lei Complementar nº 20/2002, e a inobservância da norma ABNT NBR 14653-2, tornando o arbitramento eivado de nulidade formal.
5. Recurso Voluntário conhecido e integralmente provido para reformar a decisão de primeira instância e reconhecer a nulidade por vício formal do arbitramento fiscal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de Itajaí, sob a Presidência do Conselheiro João Carlos

1 de 2



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

- Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 de 18/06/91 –
Rua Manoel Vieira Garção, 120 salas 601/602 – CEP 88.301-425 – Centro – Itajaí - SC -
Fone (47) 3241-7420
comdecon@itajai.sc.gov.br

dos Santos, na conformidade do julgamento, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO do presente Recurso Voluntário e em seu mérito, DAR-LHE TOTAL PROVIMENTO, reformando a decisão proferida pelo OJPF e, consequentemente, reconhecer a nulidade por vício formal do arbitramento oriundo da Notificação Fiscal n. 3179/2018-2023.

Itajaí, 07 de agosto de 2025.


GLADIS REGINA DE OLIVEIRA ARAGÃO

GLADIS REGINA DE OLIVEIRA ARAGÃO

Conselheira Relatora


JOÃO CARLOS DOS SANTOS

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

Presidente

2 de 2



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 DE 18/06/91
R. Manoel Vieira Garção, 120, salas 601 e 602, Itajaí - SC (47) 3241-7400 - comdecon@itajai.sc.gov.br

RECURSO: 525074/2025

PROCESSO: 652914/2025

ESPÉCIE: Recurso de Ofício

CONTRIBUINTE: KAIROS EDIFICACOES LTDA

RECORRENTE: Secretaria da Fazenda Municipal

CONSELHEIRO RELATOR: Maurício Heinrich Klein

OBJETO: Pedido de Cancelamento de Débito - ISS

VALOR: R\$ 2.053,48 (Na data do lançamento)

EMENTA: TRIBUTÁRIO – ISS – ALTERAÇÃO DE LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROVAÇÃO PARCIAL – NFS-e Nº 219, 268 E 276 – SERVIÇOS REALIZADOS EM OUTRO MUNICÍPIO – CANCELAMENTO PARCIAL DO DÉBITO REFERENTE NFS-e Nº 276 - AUSÊNCIA DE PROVA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO PARA NFS-e Nº 270 – INDEFERIMENTO – COMPENSAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 37 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.326/2009 – DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de Itajaí, sob a Presidência do Conselheiro João Carlos dos Santos, na conformidade do julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DE OFÍCIO e, em seu mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão de primeira instância.

Itajaí, 18 de Setembro de 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 DE 18/06/91
R. Manoel Vieira Garção, 120, salas 601 e 602, Itajaí - SC (47) 3241-7400 - comdecon@itajai.sc.gov.br

RECURSO: 656790/2025

PROCESSO: 2188-25-REST-ISS

ESPÉCIE: Recurso de Ofício

CONTRIBUINTE: MSI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

RECORRENTE: Secretaria da Fazenda Municipal

CONSELHEIRO RELATOR: Maurício Heinrich Klein

OBJETO: Pedido de Restituição/Compensação - ISS

VALOR: R\$ 6.088,14 (Na data da interposição do recurso)

EMENTA: TRIBUTÁRIO – ISS – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO – SERVIÇOS DE OBRAS E ACABAMENTOS – SUBITEM 7.02 DA LISTA DE SERVIÇOS – LOCAL DA PRESTAÇÃO – BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC – RETENÇÃO INDEVIDA PARA ITAJAÍ/SC – CANCELAMENTO DE NFS-E – DIREITO À COMPENSAÇÃO DO DÉBITO NOS TERMOS DO ART. 37 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.326/2009 – DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de Itajaí, sob a Presidência do Conselheiro João Carlos dos Santos, na conformidade do julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DE OFÍCIO e, em seu mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão de primeira instância.

Itajaí, 18 de Setembro de 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 DE 18/06/91
R. Manoel Vieira Garção, 120, salas 601 e 602, Itajaí - SC (47) 3241-7400 - comdecon@itajai.sc.gov.br

MAURICIO
HEINRICH
KLEIN

Assinado de forma digital
por MAURICIO HEINRICH
KLEIN
Dados: 2025.10.06
15:38:19 -03'00'

MAURÍCIO HEINRICH KLEIN
Conselheiro Relator Divergente

Documento assinado digitalmente
JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Data: 07/10/2025 12:25:03 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Presidente



CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - COMDECON

Criado pela Lei Orgânica e Lei 2.635 DE 18/06/91
R. Manoel Vieira Garção, 120, salas 601 e 602, Itajaí - SC (47) 3241-7400 - comdecon@itajai.sc.gov.br

MAURICIO
HEINRICH
KLEIN

Assinado de forma digital
por MAURICIO HEINRICH
KLEIN
Dados: 2025.10.06
15:39:37 -03'00'

MAURÍCIO HEINRICH KLEIN
Conselheiro Relator Divergente

Documento assinado digitalmente
JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Data: 07/10/2025 12:25:03 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Presidente

RECURSO: 491253/2025

PROCESSO: 863-25-REST-ISS

ESPÉCIE: Recurso de Ofício

CONTRIBUINTE: VS DATA COMERCIO & DISTRIBUICAO LTDA

RECORRENTE: Secretaria da Fazenda Municipal

CONSELHEIRO RELATOR: Maurício Heinrich Klein

OBJETO: Pedido de Restituição/Compensação - ISS

VALOR: R\$ 2.399,57 (Na data da interposição do recurso)

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ISS - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - CANCELAMENTO DE NFS-E - RECUSA FORMAL DO TOMADOR - EMISSÃO SUBSTITUTIVA REGULAR - PAGAMENTO INDEVIDO - COMPENSAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 37 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.326/2009 - DEFERIMENTO ADMINISTRATIVO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA - RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de Itajaí, sob a Presidência do Conselheiro João Carlos dos Santos, na conformidade do julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DE OFÍCIO e, em seu mérito, NEGAR PROVIMENTO, mantendo inócume a decisão de primeira instância.

Itajaí, 18 de Setembro de 2025.

ATOS DA CVI



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí



PORTARIA Nº 404/2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, em conformidade com o Art. 8º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, **resolvem:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora **IZOLETE HELLMANN**, matrícula nº 77, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Auxiliar de Limpeza e Conservação", pelo período de 60 (sessenta) dias, de 04.09 a 02.11.2025, conforme Comunicado de Decisão da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 14 de outubro de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 405/2025

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Fernando Martins Pegorini, concedida através da Portaria nº 094, de 04 de fevereiro de 2025 e, em conformidade com o Art. 8º da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, **resolvem:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora **SABRINA SCHNEIDER**, matrícula nº 117, ocupante do cargo de provimento efetivo de "Assessor Técnico", pelo período de 09 (nove) dias, de 06.10 a 14.10.2025, conforme Comunicado de Decisão da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional de Itajaí.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itajaí, 14 de outubro de 2025.

JEFFERSON OSVALDO SANTARÉM AZEVEDO
Secretário de Administração e Finanças

ORLI CALBUSCH
Diretor de Finanças, Orçamento, Contabilidade e Recursos Humanos



MAURICIO
HEINRICH
KLEIN
0

Assinado de forma digital
por MAURICIO HEINRICH
KLEIN
Data: 2025.10.06
15:36:56 -03'00'

MAURÍCIO HEINRICH KLEIN
Conselheiro Relator Divergente

Documento assinado digitalmente
JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Data: 07/10/2025 12:55:51-0300
Verifique em <https://validar.itj.gov.br>

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Presidente



ATOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR

PORTARIA N° 037/SME/2025, de 15 de outubro de 2025.

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 4603/2025, de acordo com o art. 57, inciso II, alínea "c" e § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itajaí/SC, atendendo ao disposto nos artigos 185 e seguintes da Lei Municipal n° 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí, bem como a Lei Municipal n° 2.960/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itajaí; e CONSIDERANDO os fatos que foram trazidos ao conhecimento em relatórios e documentos encaminhados pelo G.E. Prof.ª Maria Nilza Ferreira Evaristo e Ofício 2610/2025 do 2º Conselho Tutelar de Itajaí/SC; RESOLVE, instaurar Processo Administrativo Disciplinar, através da Comissão de Procedimentos de Natureza Disciplinar, e em seguida,

Nomear

Sr.ª Aline Thaís do Rosário de Souza; Sr.ª Kátia Regina da Veiga Venâncio; e Sr.ª Luciana Penteado dos Santos Prudêncio; para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar os atos praticados ou não por parte do(a) servidor(a) M. C. C., ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(a), por infrações, em tese, capituladas na Lei Municipal n° 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí: Art. 185, caput - "Constitui infração toda a ação do membro do Magistério que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração"; Art. 187, inciso I, alínea "a" - "falta de espírito de cooperação e solidariedade para com os companheiros de trabalho em assuntos de serviço"; Art. 187, inciso II, alínea "a" - "falta de urbanidade"; Art. 187, inciso III, alínea "a" - "ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição"; Art. 187,



Secretaria Municipal de Educação
Avenida Ver. Abrahão João Francisco, 3855 - Ressaca da
Itajaí - SC - 88307-330
(47) 3249-3300
ped@edu.itajaí.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR
inciso III, alínea "c" - "indisciplina ou insubordinação"; Art. 187, inciso III, alínea "d" - "impontualidade"; Art. 187, inciso III, alínea "e" - "faltar à verdade, com má fé, no exercício das funções"; Art. 187, inciso III, alínea "g" - "deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições as normas legais, a que estejam sujeitos"; Art. 187, inciso IV, alínea "h" - "ofensa física em serviço contra qualquer pessoa, salvo em legítima defesa"; Art. 187, inciso IV, alínea "r" - "ineficiência desidiosa no exercício das atribuições"; Art. 187, inciso IV, alínea "v" - "qualquer ato que manifeste improbidade no exercício da função pública". O presente processo rege-se pela Lei Municipal n° 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí, pela Lei Municipal n° 2.960/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itajaí e demais legislações de natureza processual civil e penal aplicáveis à investigação disciplinar.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE.

Itajaí/SC, 15 de outubro de 2025.

Michéle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO

Considerando os fatos foram trazidos ao conhecimento da Secretaria Municipal de Educação em relatórios e documentos encaminhados pelo G.E. Prof.ª Maria Nilza Ferreira Evaristo; bem como a instauração de Processo Administrativo Disciplinar por intermédio da Portaria n° 037/SME/2025, de 15 de outubro de 2025, **DETERMINO a SUSPENSÃO PREVENTIVA** do(a) servidor(a) Sr.(a) M.C.C., ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(a), pelo prazo 30 (trinta) dias, como medida acautelatória para resguardar a investigação e assegurar a elucidação dos fatos, com fulcro no artigo 219 da Lei Municipal n° 1.920/81 c/c artigo 129 da Lei Municipal n° 2.960/95.

Itajaí/SC, 15 de outubro de 2025.

Michéle Rigueira da Silva
Secretária Municipal de Educação



Secretaria Municipal de Educação
Avenida Vereador Abrahão João Francisco, 3855 - Ressaca da
88307-303 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3249-3300
gabinete@edu.itajaí.sc.gov.br

ATOS DO GABINETE



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

PORTARIA N.º 4644/2025

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 47, inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve **EXONERAR**, nos termos do artigo 38, inciso II, letra a, da Lei n° 2.960, de 03 de abril de 1995, o servidor abaixo relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, para desempenhar a Função de Confiança descrita abaixo, percebendo a gratificação correspondente, a contar de 16 de outubro de 2025:

Matrícula	Nome	Função
1333108	Marcelo Bomfim Caetano	Supervisor de Assistência ao Educando

Itajaí, 16 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal de Itajaí



PORTARIA N.º 4645 /2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, e consoante à C.I. nº 1140/2025, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANA PAULA DOS SANTOS SCHRAMM	1533002	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	01/10/25
BARBARA SORA	1866102	PROFESSOR	04	03/10/25 A 06/10/25
CAMILA ROBERTA LEUTZ	1840202	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	03/10/25
CAROLINA COVOLAN MALBURG	1322603	CIRURGIÃO DENTISTA	02	02/10/25 A 03/10/25
CELIA CRISTINA CARVALHO LIBANIO	2211205	PROFESSOR	01	02/10/25
DANIELE MARCELLOS PEREIRA	1909803	ENFERMEIRO	01	02/10/25
DAYANA KNOP SOLIGO RODRIGUES	1373604	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	01/10/25 A 02/10/25
FABIOLA MACHADO SOARES SILVA	2371705	PROFESSOR	01	02/10/25
GILDA DE OLIVEIRA GUERREIRO	739201	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	02/10/25
GRAZIELE MOTA DE OLIVEIRA	1557302	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	02/10/25
JAMILLY ROBERTA PEREIRA	2146311	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	01	03/10/25
JESSICA LIZ DO NASCIMENTO DE SOUZA	1448801	FONOAUDIÓLOGO	01	03/10/25
KARLA DENYSE DE ALCANTARA EVARISTO	1144502	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	01	03/10/25
LUCIANE OLIVEIRA LEO	2280801	SUPERVISOR ESCOLAR	01	03/10/25
MARIA PAULINA PEREIRA DA SILVA	551405	ENFERMEIRO	02	01/10/25 A 02/10/25
MAYARA LEANDRA PENA MAESTRI	1583007	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	03/10/25
ORLANDO ALBERTO RICETTI NETO	2275901	GUARDA MUNICIPAL	02	01/10/25 A 02/10/25
ROSANA CINTIA DA SILVA	1971602	PROFESSOR	01	01/10/25

Itajaí, 16 de outubro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



PORTARIA N.º 4647/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, e consoante à C.I. nº 1136/2025, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ANDRÉA DJANIRA PONTALTI VIZENTAINER	1493201	PROFESSOR	01	01/10/25
CARLA MARIA QUEROBIM MILLANI	2225801	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	30/09/25
CLAUDINEIA BASTOS DE SOUZA	1647312	PROFESSOR	01	01/10/25
DANIELA NASCIMENTO DE SOUZA DE MELLO	980703	PSICOPEDAGOGO	01	30/09/25
ELAINE DE OLIVEIRA	637206	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	30/09/25
FLAVILA KETINE SOUSA MENDES G DA SILVA	1618502	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	30/09/25
GISLAINE BARBOSA LEMES ROTILLI	2525501	PROFESSOR	02	01/10/25 A 02/10/25
LARISSA PAULA SANTOS NEVES	2035301	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	01	02/10/25
LAUDELINA MARQUES DOS SANTOS	1887803	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	02	30/09/25 A 01/10/25
LUCIANA DE OLIVEIRA GERALDO	1644306	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	03	01/10/25 A 03/10/25
LUÍZ CARLOS TELES DO NASCIMENTO	2175701	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	29/09/25
MARIA DORACI RANGUETT	733101	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	30/09/25 A 02/10/25
MIRELA CORREA	1989402	ENFERMEIRO	01	30/09/25
MIRIA ALVES BARROS DE LIMA	1596202	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	01/10/25
NATASHA CAMILO DIAS	2348001	MÉDICO	01	30/09/25
PAMELA THAYONARA DA CUNHA DE LIMA	2439801	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	02	01/10/25 A 02/10/25
PAULA ROBERTA DA COSTA	1393912	PROFESSOR	01	30/09/25
VALDIRENE DE SOUZA	1495802	PROFESSOR	01	01/10/25

Itajaí, 16 de outubro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas



PORTARIA N.º 4646/2025

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas de Itajaí, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 001/2025, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Jornal do Município – Edição nº 2892, de 01 de janeiro de 2025 e Portaria nº 1135, de 28 de fevereiro de 2025, e consoante à C.I. nº 1139/2025, da Gerência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, resolve **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, em conformidade com o artigo 8º, da Lei Complementar nº 180, de 17 de dezembro de 2010, aos servidores abaixo relacionados, com seu respectivo cargo e período:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	DIAS	PERÍODO DE AFASTAMENTO
ALESSANDRA MONSINHOR BATISTA DA SILVA	1906801	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	30/09/25
ALESSANDRA FELICIANO WOLFART	1795403	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	30	22/09/25 A 21/10/25
AMANDA CRISTINA SOARES	2555101	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	08	30/09/25 A 07/10/25
ANDREA DA SILVA	1524111	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	05	02/10/25 A 06/10/25
ANDREA DIEDRICH PORTO	1753301	MÉDICO VETERINÁRIO	07	29/09/25 A 05/10/25
BETINA MAC GINTY VILARINO LOOZ	1790101	MÉDICO	01	29/09/25
CAROLINA BORDIN	2177401	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	45	04/10/25 A 17/11/25
CLAUDIO BOAVENTURA PEREIRA	711502	MOTORISTA	30	30/09/25 A 29/10/25
DAISY SATO	1948901	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	01	01/10/25
DOMINGOS MACÁRIO RAYMUNDO JUNIOR	761901	PROCURADOR	26	22/09/25 A 17/10/25
IVANA REGIS DA COSTA	1852201	AGENTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	01	01/10/25
LUCAS RIBEIRO DE CASTRO	2774901	PROFESSOR	01	01/10/25
MARILEA REIS VIEIRA	865005	PROFESSOR	60	30/09/25 A 28/11/25
ROSELI DOS SANTOS SILVEIRA	2202	PROFESSOR	30	04/10/25 A 02/11/25
SAMARA CRISTINA SMOLARECK FOSSARI GARCIA	1986803	MÉDICO	15	25/09/25 A 09/10/25
SIMONE DOS SANTOS	2325803	PROFESSOR	02	01/10/25 A 02/10/25
SONIA MARIA MABBA	580708	ATENDENTE DE UNIDADE DE SAÚDE	07	30/09/25 A 06/10/25
TANIA MARISA MACENA	301408	AGENTE DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	03	30/09/25 A 02/10/25

Itajaí, 16 de outubro de 2025.

JEFFERSON DAVI DE ESPINDULA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

ATOS DA SEDUH



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICAÇÃO
2239MA/2025

DATA: 16/10/2025
HORA: 15:23

NOTIFICADO(S)

TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

08.984.711/0001-50

LOCAL DA INFRAÇÃO

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

TEPORTI, N101 – TESTADA VOLTADA PARA A AV. CASTELO BRANCO - SALSEIROS

203.028.01.0800.0000.000

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.

VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETER AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO ROBOTÁTIL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.

OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todos os terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º - Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.

Parágrafo Único. Considera-se em "muito estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pelo Secretário Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testado menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20 - Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possua meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorrido o prazo de notificação previsto no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquadros, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM _____ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL E ENVIO DIGITAL

NOME:
CPF:
OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPET
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeitura.net/apoa>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICAÇÃO 2240MA/2025

DATA: 16/10/2025
HORA: 15:23

NOTIFICADOS(AS)

VEBER ADMINISTRACAO DE BENS LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO

CASTELO BRANCO, 520 - SALSEIROS

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.
VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO PODOTÁTIL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.
OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º - Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.

Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (inquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possua meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero virgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM ____/____/____ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL E ENVIO DIGITAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Documento assinado digitalmente
MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
Data: 16/10/2025 15:46:19-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICAÇÃO 2242MA/2025

DATA: 16/10/2025
HORA: 15:27

NOTIFICADOS(AS)

TJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO

DR. REINALDO SCHMITTHAUSEN, 3500 – TESTADA PARA A AV. CASTELO BRANCO - SALSEIROS

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.
VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO PODOTÁTIL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.
OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º - Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.

Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (inquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possua meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero virgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM ____/____/____ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL E ENVIO DIGITAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Documento assinado digitalmente
MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
Data: 16/10/2025 15:46:19-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICAÇÃO 2243MA/2025

DATA: 16/10/2025
HORA: 15:29

NOTIFICADOS(AS)

TJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO

CASTELO BRANCO, 355 - SALSEIROS

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.
VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO PODOTÁTIL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.
OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º - Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.

Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (inquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possua meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero virgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM ____/____/____ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL E ENVIO DIGITAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Documento assinado digitalmente
MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
Data: 16/10/2025 15:46:19-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201



ATOS DA PROCURADORIA



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICADOS(A)

VEBER ADMINISTRACAO DE BENS LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO

CASTELO BRANCO, 471 - SALSEIROS

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.
VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO PODOATÍL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.
OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º- Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.
Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possuía meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM / / POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL E ENVIO DIGITAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/legis>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



Documento assinado digitalmente
MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
Data: 16/10/2025 15:47:57+0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária
88304-053 – Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICADOS(A)

ESPOLIO DE MARIA OLGA BORGES

LOCAL DA INFRAÇÃO

CASTELO BRANCO, 531 - SALSEIROS

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

CALÇADA INEXISTENTE, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 114/2007 – LEI DAS CALÇADAS DE ITAJAÍ, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.
VIA INDICAÇÃO CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ – CVI 5627/2025.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DO PASSEIO PÚBLICO CONFORME A LEI COMPLEMENTAR 114/2007. VERIFICAR SE HÁ A NECESSIDADE DE COLOCAÇÃO DE PISO PODOATÍL DE ACORDO COM O ZONEAMENTO E VIABILIDADE.
OBS.: OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, SE APLICÁVEL AO CASO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

60 (SESENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 134 DA LEI Nº 467/2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificados ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º- Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.
Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento do muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;

IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possuía meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar a devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)

EM / / POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/legis>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



Documento assinado digitalmente
MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
Data: 16/10/2025 15:47:57+0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br>

MARIA AUGUSTA TODESCHINI RIPPEL
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL
MATRÍCULA 2478201



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.811, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.746, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA ATENDER AS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 7.746, de 20 de dezembro de 2024, e, considerando o teor do processo administrativo nº 332437/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 917.006,00 (novecentos e dezessete mil e seis reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento municipal vigente, referente à Emenda Parlamentar Impositiva Individual – recursos da União:

Órgão: 26000 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade orçamentária: 26026 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Funcional-programática: 10.301.3
Ação: 2.284 – Implementação das Ações e Serviços no Âmbito da Atenção Básica de Saúde
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/919
Fonte: 1081 – Destinação: 1.706.3110
Valor: R\$ 917.006,00

Art. 2º O crédito aberto no Art. 1º será coberto com recurso proveniente de provável excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 13 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.813, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO GRUPO DE USO SUSTENTÁVEL - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA - DA ORLA DE ITAJAÍ.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, considerando o teor dos processos administrativos nº 251356/2025-e e nº 321109/2025-e, e, ainda,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabelecendo no art. 14 as categorias de unidades de conservação do grupo de uso sustentável;

CONSIDERANDO que em dezembro de 2014, o Município de Itajaí celebrou Acordo Judicial com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina na Ação Civil Pública nº 0017284 - 25.2013.8.24.0033, prevendo a implementação de uma Área de Proteção Ambiental da orla das praias do Atalaia, Cabeçadas, Canto do Morcego e Parque Linear do Ribeirão do Cassino da Lagoa;

CONSIDERANDO a decisão nos autos de Execução de Cumprimento de Sentença nº 5001386 - 08.2018.8.24.0033, que determinou a criação e implementação da Área de Proteção Ambiental da Orla no Município de Itajaí;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.023, de 29 de agosto de 2023 que criou a Área de Proteção Ambiental - APA da Orla de Itajaí;

CONSIDERANDO a existência do Procedimento Administrativo nº 08.2021.00091228-0/MPSC e do cumprimento de sentença nº 5001386-08.2018.8.24.0033 que, dentre outros temas, apresentam insurgência em face do Decreto Municipal nº 13023, de 29 de agosto de 2023, que criou a APA da orla de Itajaí e objetivam a ampliação da área de abrangência desta Unidade de Conservação,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 6º do art. 22 da Lei Federal nº 9.605/2000, que a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação de seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico que criou a unidade;

CONSIDERANDO que as coordenadas da APA da Orla de Itajaí e o mapa anexo ao presente Decreto foram encaminhados pelo Instituto Itajaí Sustentável;

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada em 409,20 hectares a Área de Proteção Ambiental, criada pelo Decreto nº 13.023, de 29 de agosto de 2023, na localidade da região abrangida pela orla das praias do Atalaia, Cabeçadas, Canto do Morcego e Parque Linear do Ribeirão do Cassino da Lagoa, conforme constantes nos anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Ficam alterados os anexos I e II do Decreto nº 13.023, de 29 de agosto de 2023, passando a integrar a área de ampliação da APA da Orla de Itajaí descrita no artigo 1º do presente decreto, apresentando a área total de 781,20 hectares, conforme área indicada no mapa e tabela com os pontos e coordenadas geográficas constantes nos anexos I e II deste Decreto;

Art. 3º O art. 6º do Decreto nº 13.023, de 29 de agosto de 2023 passa a ter a seguinte redação:
"Art. 6º Na área abrangida pela APA da Orla de Itajaí, a definição dos índices e parâmetros construtivos será disciplinada pelos parâmetros definidos na Lei Complementar nº 449/2024 -Plano Diretor de Itajaí, e seus anexos (art. 61) vigentes na data de 03 de julho de 2025".

Art. 4º O art. 7º do Decreto nº 13.023, de 29 de agosto de 2023 passa a ter a seguinte redação:
"Art. 7º O Executivo Municipal instituirá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrada em vigor deste Decreto, o Conselho Gestor da APA da Orla, com caráter deliberativo, a ser presidido pelo(a) Diretor(a) Presidente do Instituto Itajaí Sustentável -INIS."

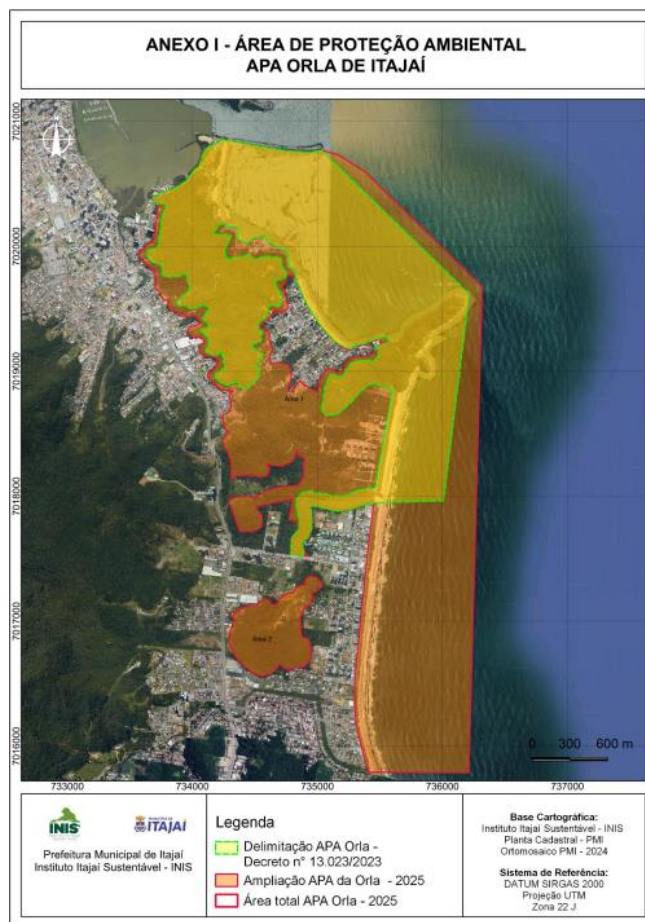
Art. 5º Quaisquer alterações nos artigos da Lei Complementar nº 449/2024, desde que não aprovados no Plano de Manejo, inclusive com alteração de parâmetros urbanísticos, não terão validade dentro da área da APA da Orla de Itajaí.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 13 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

ALAN PATRICK DA SILVA
Procurador-Geral Adjunto do Município



ANEXO II
TABELA COM OS VÉRTECES E SUAS COORDENADAS
AMPLIAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA DA ORLA DE ITAJAÍ

Sistema de Referência: DATUM SIRGAS 2000
Projeção UTM - Zona 22J - MC -51º

LIMITE EXTERNO			LIMITE EXTERNO			LIMITE EXTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)	Ponto	E (metros)	N (metros)	Ponto	E (metros)	N (metros)
0	734926,83	7017517,38	38	734819,47	7018313,00	76	734323,63	7018842,16
1	734779,96	7017538,57	39	734803,10	7018287,81	77	734318,72	7018845,58
2	734787,09	7017555,33	40	734764,84	7018260,81	78	734303,85	7018846,97
3	734791,15	7017654,22	41	734714,81	7018241,79	79	734262,13	7018847,74
4	734807,04	7017690,34	42	734649,32	7018246,34	80	734239,35	7018851,50
5	734837,44	7017718,48	43	734598,95	7018262,80	81	734228,55	7018858,35
6	734851,56	7017798,04	44	734595,81	7018253,99	82	734198,11	7018877,76
7	734772,35	7017812,82	45	734615,17	7018227,03	83	734181,61	7018899,13
8	734802,32	7017980,76	46	734609,57	7018192,77	84	734150,33	7018926,32
9	734513,06	7017919,66	47	734596,12	7018164,20	85	734120,01	7018952,38
10	734511,73	7017901,94	48	734543,27	7018154,10	86	734130,48	7018981,01
11	734555,39	7017845,70	49	734477,02	7018170,86	87	734141,61	7018991,88
12	734559,28	7017787,99	50	734342,75	7018163,39	88	734156,76	7019004,90
13	734545,64	7017749,44	51	734319,49	7018141,65	89	734175,94	7019021,17
14	734501,43	7017722,55	52	734310,64	7018146,25	90	734193,28	7019045,24
15	734454,64	7017717,89	53	734309,00	7018271,54	91	734205,68	7019070,50
16	734378,19	7017720,42	54	734280,74	7018354,10	92	734206,96	7019086,00
17	734293,30	7017962,56	55	734254,81	7018402,25	93	734203,11	7019092,72
18	734320,55	7017985,33	56	734237,82	7018450,24	94	734183,51	7019107,50
19	734343,49	7017990,44	57	734296,61	7018512,33	95	734161,75	7019112,34
20	734439,07	7018000,85	58	734263,35	7018540,66	96	734095,40	7019124,66
21	734506,40	7017988,51	59	734238,48	7018645,33	97	734083,67	7019134,86
22	734534,58	7018007,94	60	734238,48	7018645,33	98	734063,06	7019148,54
23	734587,90	7018043,52	61	734260,60	7018659,32	99	734057,31	7019159,73
24	734682,81	7018071,68	62	734272,58	7018662,43	100	734056,64	7019177,48
25	734845,03	7018086,38	63	734294,87	7018685,29	101	734062,00	7019198,45
26	734892,13	7018160,88	64	734296,96	7018690,79	102	734092,46	7019233,35
27	734895,46	7018179,66	65	734305,11	7018701,73	103	734094,57	7019239,96
28	734890,04	7018208,58	66	734308,25	7018710,54	104	734088,78	7019248,94
29	734889,09	7018264,03	67	734310,53	7018726,01	105	734077,04	7019259,13
30	734897,62	7018294,91	68	734306,76	7018737,17	106	734058,40	7019271,68
31	734896,81	7018304,90	69	734306,29	7018764,89	107	734026,64	7019273,38
32	734894,98	7018309,55	70	734296,58	7018777,26	108	734009,68	7019270,37
33	734852,57	7018330,11	71	734298,69	7018783,88	109	733989,99	7019279,60
34	734842,85	7018341,38	72	734295,16	7018807,22	110	733966,81	7019315,51
35	734838,44	7018371,39	73	734302,56	7018831,47	111	733968,22	7019337,65
36	734833,48	7018371,49	74	734315,54	7018834,55	112	733974,53	7019356,38
37	734829,05	7018347,18	75	734321,56	7018837,77	113	733980,55	7019359,59



LIMITE EXTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
114	733989,53	7019361,84
115	734003,44	7019361,38
116	734015,40	7019363,38
117	734047,43	7019376,08
118	734063,57	7019389,08
119	734025,93	7019448,54
120	733963,14	7019438,62
121	733936,49	7019447,99
122	733916,54	7019443,92
123	733904,64	7019445,25
124	733895,85	7019453,18
125	733886,04	7019460,01
126	733876,27	7019469,06
127	733865,47	7019475,91
128	733834,88	7019487,57
129	733813,38	7019506,81
130	733804,79	7019525,82
131	733804,19	7019546,89
132	733809,45	7019562,31
133	733802,57	7019566,87
134	733782,75	7019569,46
135	733765,04	7019578,66
136	733750,57	7019602,21
137	733742,10	7019627,86
138	733728,55	7019646,96
139	733719,77	7019655,99
140	733703,11	7019668,49
141	733703,49	7019688,44
142	733707,08	7019721,63
143	733706,28	7019731,62
144	733700,73	7019753,89
145	733702,30	7019784,90
146	733696,65	7019801,64
147	733692,90	7019813,90
148	733635,89	7019847,11
149	733594,29	7019907,74
150	733569,68	7019920,39
151	733566,99	7019935,96

LIMITE EXTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
152	733583,28	7019956,72
153	733610,67	7019987,25
154	733624,93	7020005,83
155	733682,25	7020042,45
156	733696,98	7020086,52
157	733695,66	7020122,02
158	733707,18	7020153,95
159	733702,65	7020177,31
160	733715,37	7020220,31
161	733725,18	7020266,68
162	733719,71	7020293,39
163	733733,18	7020323,07
164	733733,49	7020339,69
165	733728,56	7020346,27
166	733793,95	7020331,10
167	733682,58	7020356,93
168	733699,89	7020396,31
169	733741,03	7020420,89
170	733851,39	7020462,53
171	733938,17	7020516,71
172	733964,26	7020544,80
173	734003,69	7020600,66
174	734055,62	7020650,33
175	734064,46	7020667,26
176	734095,31	7020763,01
177	734108,98	7020780,57
178	734175,95	7020814,68
179	734228,13	7020852,31
180	734277,48	7020850,43
181	734363,21	7020835,98
182	734451,35	7020818,16
183	734728,65	7020769,45
184	734933,22	7020751,92
185	735030,63	7020771,40
186	735162,48	7020735,63
187	735373,19	7020603,39
188	736318,35	7019677,82
189	736210,18	7015787,32

LIMITE EXTERNO		
Ponto	N (metros)	E (metros)
190	735410,21	7015790,85
191	735392,31	7015854,62
192	735384,60	7015866,95
193	735345,68	7016016,23
194	735307,26	7016192,10
195	735300,75	7016321,92
196	735299,49	7016519,26
197	735358,72	7017134,50
198	735397,46	7017505,13
199	735450,33	7017939,79
200	735450,47	7017947,60
201	735371,26	7017933,32
202	735329,98	7017918,18
203	735329,65	7017915,45
204	735275,63	7017895,40
205	735258,64	7017890,18
206	735214,73	7017879,92
207	735179,12	7017883,17
208	735152,12	7017879,62
209	735113,00	7017889,22
210	735092,74	7017891,07
211	734968,62	7017924,65
212	734957,48	7017923,05
213	734945,75	7017911,17
214	734948,34	7017892,02
215	734951,54	7017884,85
216	734959,84	7017850,33
217	734961,30	7017822,59
218	734958,14	7017812,67
219	734955,99	7017803,84
220	734957,97	7017750,60
221	734944,00	7017694,32
222	734926,56	7017664,72
223	734916,42	7017653,82
224	734903,15	7017650,52
225	734880,73	7017634,47
226	734888,34	7017568,52
227	734890,27	7017566,33

LIMITE INTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
0	734755,73	7019739,76
1	734737,02	7019695,77
2	734718,81	7019678,37
3	734739,05	7019644,74
4	734744,24	7019603,62
5	734751,82	7019583,53
6	734765,31	7019507,90
7	734742,94	7019480,60
8	734707,01	7019472,40
9	734670,12	7019465,33
10	734658,67	7019491,04
11	734648,62	7019484,58
12	734634,01	7019447,16
13	734607,68	7019421,05
14	734556,24	7019379,89
15	734541,75	7019349,12
16	734608,74	7019317,94
17	734618,42	7019304,46
18	734611,86	7019272,43
19	734627,53	7019206,73
20	734640,36	7019202,06
21	734641,06	7019186,53
22	734621,07	7019127,04
23	734618,87	7019116,00
24	734624,81	7019061,57
25	734637,72	7019061,33
26	734695,54	7019071,33
27	734752,94	7019059,17
28	734773,43	7019038,84
29	734791,88	7018963,11
30	734789,28	7018929,90
31	734766,47	7018879,34
32	734763,86	7018846,13
33	734784,64	7018841,31
34	734803,49	7018839,85
35	734817,02	7018872,85
36	734832,23	7018889,19
37	734852,70	7018920,96

LIMITE INTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
38	734866,71	7018926,24
39	734876,31	7018908,32
40	734906,60	7018881,15
41	734984,36	7018842,01
42	734995,10	7018831,83
43	735016,52	7018914,57
44	735023,93	7018938,82
45	735048,52	7018978,26
46	735065,86	7019002,32
47	735088,06	7019020,75
48	735126,78	7019018,92
49	735137,60	7019013,18
50	735158,00	7019888,41
51	735170,88	7018985,95
52	735203,03	7019005,30
53	735213,57	7019037,25
54	735223,01	7019063,68
55	735236,29	7019083,38
56	735273,50	7019107,07
57	735307,42	7019114,20
58	735323,33	7019115,01
59	735369,10	7019118,58
60	735423,03	7019133,09
61	735462,20	7019155,63
62	735483,53	7019163,82
63	735480,79	7019172,16
64	735471,85	7019193,13
65	735473,69	7019193,74
66	735471,20	7019201,31
67	735566,12	7019231,13
68	735562,18	7019241,33
69	735545,25	7019239,43
70	735514,17	7019224,50
71	735496,38	7019229,27
72	735495,55	7019238,15
73	735513,59	7019246,68
74	735505,92	7019261,23
75	735422,26	7019235,33

LIMITE INTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
76	735390,73	7019212,40
77	735349,00	7019212,08
78	735337,86	7019200,15
79	735303,51	7019206,36
80	735286,63	7019199,47
81	735282,51	7019182,21
82	735277,80	7019183,23
83	735276,39	7019180,25
84	735272,88	7019180,25
85	735267,75	7019171,47
86	735241,95	7019173,07
87	735200,50	7019188,25
88	735107,59	7019267,59
89	735017,17	7019373,49
90	735015,21	7019376,55
91	735122,61	7019255,90
92	735013,28	7019378,71
93	734998,72	7019402,32
94	734933,18	7019504,76
95	734925,23	7019521,45
96	734903,95	7019555,95
97	734826,41	7019739,81
98	734818,75	7019761,86
99	734772,10	7019764,95
100	734762,27	7019770,67
0	734755,73	7019739,76



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.814, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL
DA PESSOA IDOSA DE ITAJAÍ - CMII.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como com o disposto na Lei Complementar nº 441, de 06 de novembro de 2023, em especial em seu art. 238, e, no Decreto nº 11.758, de 13 de novembro de 2019, e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 266833/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Itajaí - CMII na forma a seguir:

I – Representantes Governamentais:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Maria Cristina Collina de Castro
Suplente: Ana Julia Moraes Guerreiro

b) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania:
Titular: Denise Gabriella Dias da Silva Patzlaß
Suplente: Aline Gonçalves

Titular: Roseli Tondorf Cesconetto
Suplente: Ana Paula Souza Nery de O. da Rocha

Titular: Katiusa Evaristo Vellozo
Suplente: Debora Mendes Satin

c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Regina de Jesus Almeida
Suplente: Edvane Severino

d) Representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública:
Titular: José Francisco Barreiros
Suplente: Eduardo Isumi Floriano

e) Representantes da Procuradoria-Geral do Município:
Titular: Luiz Felipe Bueno Oliveira
Suplente: Bruno Luiz da Cruz Silva

f) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Titular: Karine Momm
Suplente: Nicolay Maestri Rosa

LIMITE EXTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
228	734893,66	7017561,88
229	734895,10	7017559,38
230	734899,66	7017556,42
231	734904,58	7017550,71
232	734907,20	7017547,55
233	734910,80	7017542,82
234	734914,37	7017537,35
235	734916,02	7017534,87
236	734917,73	7017532,22
Área II		
0	734901,13	7017314,90
1	734909,49	7017336,91
2	734917,00	7017347,39
3	734919,69	7017351,13
4	734951,62	7017358,29
5	734992,21	7017350,88
6	735003,96	7017341,79
7	735015,50	7017321,62
8	735020,35	7017314,88
9	735031,10	7017305,81
10	735035,82	7017292,42
11	735034,54	7017276,93
12	735009,19	7017249,69
13	734981,07	7017233,59
14	734963,11	7017229,49
15	734955,21	7017231,85
16	734954,13	7017227,44
17	734956,80	7017210,76
18	734957,30	7017184,15
19	734952,72	7017152,09
20	734939,40	7017130,17
21	734931,37	7017125,88
22	734899,26	7017108,75
23	734867,33	7017048,37
24	734862,73	7017015,20
25	734869,60	7016957,43
26	734867,76	7016912,02
27	734872,10	7016878,68

LIMITE EXTERNO		
Ponto	E (metros)	N (metros)
28	734880,87	7016869,65
29	734899,68	7016865,97
30	734913,54	7016863,49
31	734924,36	7016857,75
32	734935,03	7016844,25
33	734947,90	7016788,58
34	734951,46	7016766,34
35	734943,20	7016696,66
36	734938,00	7016684,56
37	734917,64	7016658,34
38	734894,43	7016638,82
39	734877,40	7016631,36
40	734853,61	7016634,04
41	734830,75	7016633,36
42	734784,74	7016616,46
43	734754,92	7016615,93
44	734736,24	7016626,26
45	734711,79	7016646,67
46	734701,03	7016655,74
47	734694,08	7016655,87
48	734680,73	7016632,84
49	734665,46	7016613,17
50	734637,16	7016587,10
51	734605,07	7016571,07
52	734562,18	7016561,90
53	734523,56	7016568,16
54	734473,43	7016596,81
55	734419,58	7016638,83
56	734348,45	7016713,33
57	734310,94	7016779,43
58	734293,75	7016869,54
59	734302,58	7016917,04
60	734322,22	7016957,66
61	734324,89	7016994,22
62	734332,23	7017015,15
63	734324,62	7017033,03
64	734323,89	7017047,45
65	734363,29	7017082,16



g) Representantes da Secretaria Municipal de Governo:

Titular: Bruno Leonardo de Freitas

Suplente: Paula B. Brodzinski

h) Representantes da Fundação Cultural de Itajaí:

Titular: Israel José Fausto

Suplente: Diene Alves da Silva

i) Representantes da Fundação Municipal de Esportes e Lazer:

Titular: Norton Cordini

Suplente: Lucio Magnus de Andrade

j) Representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos:

Titular: Cássia Gisele Fiorenzano

Suplente: Mara Marli Gonçalves

II – Representantes não Governamentais:

a) Representantes de Instituições de Ensino Superior com Sede no Município:

- Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Titular: Mayara Ana da Cunha Kersten

Suplente: Marluci Camila Gomes

- Centro Universitário UNINTER

Titular: Regiane Bernardo Prestes

Suplente: Laura Kieling

b) Representantes de Instituição de Longa Permanência para Idosos:

- Asilo Dom Bosco

Titular: Francisca E. R. Schwartz

Suplente: Eliane Schell

c) Representantes Partícipes de Grupos, Associações ou Entidades de Atendimento ao Idoso:

- Serviço Social do Comércio de Santa Catarina - SESC

Titular: Karla Mendonça Menezes

Suplente: Cassio Pereira

- Associação Ação em Saúde

Titular: Bárbara Berwanger

Suplente: Magalaine Renata da Silva

- Associação Madre Teresa

Titular: Maria Clara Du Pasquier de Marchi

Suplente: Sandra Mara de Andrade

- Instituto Nader

Titular: Mara Rubia Alves da Silva

Suplente: Kallil Ribeiro Pessoa

d) Representantes de Associações de Aposentados:

- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí - SINDIFOZ

Titular: Luísa Ana Klein

Suplente: Edimar Garcia

e) Representantes de Clubes de Serviços:

- Rotary Club de Itajaí Porta do Vale

Titular: Maria Aparecida Lapa

Suplente: Andreia Hassan Taufik

f) Representantes Locais da Sociedade Brasileira de Geriatria ou da Associação Nacional de Gerontologia:

- Associação Nacional de Gerontologia de Santa Catarina – ANG-SC

Titular: Osmar Altair Adriano

Suplente: Daiana Caroline Prestes Feil

g) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção OAB/Itajaí:

Titular: Tatiane Regine Soares

Suplente: Ronaldo Kessler Pontes

Parágrafo único. Fica sem nomeação a Associação Regional dos Assistentes Sociais, prevista na alínea “h”, do inciso II, do art. 238, da Lei Complementar nº 441, de 06 de novembro de 2023, tendo em vista que declinou da participação por meio do Ofício Circular CRESS Nº 060/2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 14 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 13.817, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.746, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E EXPANSÃO URBANA.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 7.746, de 20 de dezembro de 2024, e, considerando o teor do processo administrativo nº 342530/2025-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento municipal vigente, para suprir despesa de capital da Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana:

Órgão: 12000 – Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Unidade orçamentária: 12012 – Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Funcional-programática: 20.606.14

Ação: 2.82 – Revitalização do Parque do Agricultor

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00/557

Fonte: 1 – Destinação: 1.500.7000

Valor: R\$ 140,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), será coberto por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 12000 – Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Unidade orçamentária: 12012 – Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Funcional-programática: 20.606.14

Ação: 2.82 – Revitalização do Parque do Agricultor

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/186

Fonte: 1 – Destinação: 1.500.7000

Valor: R\$ 140,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 16 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

LEI Nº 7.827, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

INSTITUI NORMAS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES AMBULANTES DE COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As atividades ambulantes de comércio e prestação de serviços exercidas no Município de Itajaí, por pessoas físicas ou jurídicas, deverão atender a padrões e critérios estabelecidos nesta Lei e nas demais normas públicas aplicáveis.

Art. 2º Esta Lei adota, dentre outros, os seguintes objetivos e diretrizes:

I - organizar e ordenar a gestão de espaços públicos, promovendo critérios específicos de uso e ocupação;

II - assegurar condições adequadas de higiene, segurança e acessibilidade durante o exercício das atividades ambulantes;

III - promover a inclusão social e econômica dos empreendedores ambulantes, reconhecendo sua importância para a economia local;

IV - proteger o patrimônio histórico, cultural, urbano e ambiental do Município, evitando os impactos negativos decorrentes das atividades ambulantes;

V - promover a coexistência harmoniosa entre as atividades ambulantes e as demais atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano;

VI - estabelecer critérios para a expedição de autorizações e permissões de uso, bem como de licenças, garantindo transparência, eficiência, celeridade e isonomia aos processos de regularização;

VII - otimizar e padronizar os procedimentos administrativos, a partir do desenvolvimento e da disponibilização de ferramentas digitais;

VIII - promover mecanismos eficientes de responsabilização administrativa das pessoas físicas ou jurídicas infratoras;

IX - garantir a aplicação sistemática da legislação nacional, federal, estadual e municipal, resguardadas, sobretudo, as competências em matéria ambiental, sanitária, urbanística, tributária e de trânsito, bem como promover formas de cooperação e integração entre os diversos órgãos e entes públicos envolvidos nas atividades de fiscalização;

X - estimular o contínuo processo de regularização das atividades ambulantes, por meio de uma legislação aderente à realidade social e às necessidades do Município.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, considera-se:

I - atividade ambulante: atividade econômica comercial ou de prestação de serviços, exercida em espaços, vias ou logradouros públicos, com ou sem auxílio de equipamentos ou veículos, de forma itinerante ou não, desde que sem configuração ou extensão de estabelecimento fixo;

II - autorização de uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário, a título gratuito ou oneroso, que autoriza a utilização de bem público para o exercício de atividade de interesse predominantemente particular;

III - permissão de uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário, a título gratuito ou oneroso, formalizado mediante procedimento público de seleção e revestido de condições específicas, que permite a utilização de bem público para o exercício de atividade de interesse predominantemente coletivo;
IV - licença: ato administrativo unilateral, vinculado e definitivo, que autoriza o exercício de determinada atividade, desde que atendidos os requisitos previstos em lei;
V - credenciamento público: processo administrativo de seleção e chamamento realizado pelo Município, com o objetivo de habilitar potenciais permissionários para o exercício de atividades ambulantes, nos termos desta Lei e de sua regulamentação, conforme vagas, espaços, condições e critérios previamente estabelecidos;
VI - equipamentos e veículos: mesas, cadeiras, bandejas, tendas, barracas, máquinas, veículos de tração humana ou sem tração própria, “trailers”, “food trucks”, veículos de tração motora e demais estruturas ou objetos, de qualquer tipo, utilizados para o exercício da atividade ambulante;
VII - preço público: contraprestação pecuniária de caráter não tributário cobrada pela Administração Pública diante da utilização de bens sob seu domínio ou gestão, bem como da prestação de serviços de natureza econômica;
VIII - feira livre: atividade comercial organizada de forma periódica em espaços públicos, destinada especialmente à venda de produtos naturais, agrícolas e artesanais, bem como de itens de produção local;
IX - NBR: Norma Brasileira, publicada pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
X - UFM: Unidade Fiscal do Município.

Art. 4º Considera-se empreendedor ambulante, nos termos desta Lei, toda pessoa física ou jurídica que exerce atividade econômica em vias, espaços ou logradouros públicos, conforme área previamente determinada pelo Município, com ou sem auxílio de equipamentos ou veículos, de forma itinerante ou não, desde que sem configuração ou extensão de estabelecimento fixo, em uma das seguintes modalidades:
I - empreendedor ambulante anual: quando exerce suas atividades de forma regular e contínua, durante todo o ano;
II - empreendedor ambulante eventual: quando exerce suas atividades de forma esporádica, nos arredores de eventos, feiras ou atividades eventuais de qualquer natureza, ou durante feriados, festividades e programações específicas;
III - empreendedor ambulante de temporada: quando exerce suas atividades durante a temporada de verão, assim compreendido o período entre 1º de novembro e 31 de março, nas faixas de areia e nos calçadões das praias locais.

§1º O interessado poderá atuar, de forma simultânea, em mais de uma modalidade de empreendedorismo ambulante, nos termos deste artigo, desde que apresente, para cada caso, licença específica.

§2º Será admitida a atuação de pessoa jurídica como ambulante apenas na condição de empreendimento individual.

§3º O empreendedor ambulante, quando pessoa física, deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

§4º Considera-se igualmente abrangido pela definição do caput deste artigo o feirante, desde que sua atuação em feiras livres cumpra os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 5º São etapas obrigatórias para o exercício de atividade ambulante no Município:

- I - autorização ou permissão de uso de área pública;
- II - licenciamento.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

Parágrafo único. Salvo disposição legal em sentido contrário, nenhuma atividade ambulante será iniciada sem a prévia expedição de licença pelo Município.

CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO E DA PERMISSÃO DE USO

Seção I Dos Aspectos Gerais

Art. 6º A validade da autorização ou permissão de uso ficará condicionada à satisfação das regras de atuação expressamente estabelecidas e dos elementos característicos da atividade desenvolvida, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas nesta Lei e nas demais normas aplicáveis.

§1º A autorização ou permissão de uso poderá ser revogada, a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade do interesse público.

§2º Salvo disposição em sentido contrário, caberá ao órgão urbanístico licenciador o ato de autorização ou permissão de uso, nos termos desta Lei.

§3º A autorização ou permissão de uso dependerá, ainda, de prévia aprovação:
I - do órgão de trânsito municipal: em áreas que ocupem parte do leito carroçável ou interfiram, de qualquer modo, no fluxo de veículos;
II - do órgão ambiental municipal: em parques ecológicos ou áreas destinadas à conservação ambiental;
III - de órgãos gestores específicos: em bens públicos de uso comum estaduais ou federais, que estejam sob a gestão do Município; ou em bens públicos vinculados a outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

§4º Constarão nos alvarás de autorização ou permissão de uso e de licença as informações necessárias ao regular exercício da atividade ambulante, nos termos desta Lei e das demais normas públicas aplicáveis.

Art. 7º Caberá à Administração Pública Municipal, nos termos desta Lei e das demais normas correlatas, estabelecer os espaços, vias ou logradouros públicos suscetíveis de autorização ou permissão de uso.

Parágrafo único. Caberá ao Município estabelecer, ainda, restrições ou condições complementares para o exercício das atividades ambulantes, no que tange, especialmente, à gestão e ao uso dos espaços públicos, ao horário das atividades e à adequação dos equipamentos ou veículos utilizados.

Art. 8º O exercício das atividades ambulantes poderá ocorrer com auxílio de equipamentos ou veículos, conforme regras a serem definidas pelo Município, respeitadas as posturas municipais e as demais normas públicas aplicáveis.

§1º Apenas a Administração Pública Municipal está autorizada a demarcar área pública para o exercício de atividade ambulante.

§2º Em qualquer caso, será de inteira responsabilidade do autorizatário ou permissionário resguardar a funcionalidade, a segurança e a higiene dos equipamentos ou veículos utilizados, bem como removê-los

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

imediatamente do local após o encerramento diário das atividades, salvo autorização específica do Município em sentido contrário.

Art. 9º O pleito de autorização ou permissão de uso deverá ser instruído com os seguintes dados e documentos:

- I - documento de identificação pessoal do interessado;
- II - comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- III - ato constitutivo ou certificado de Microempreendedor Individual - MEI, quando o requerente for pessoa jurídica;
- IV - comprovante de inscrição fiscal municipal;
- V - certidão negativa de débitos, expedida pelo Município;
- VI - comprovante de endereço atualizado, expedido nos últimos 90 (noventa) dias;
- VII - endereço eletrônico e contato telefônico;
- VIII - termo único de declaração referente ao cumprimento das exigências sanitárias, ambientais e urbanísticas, à não utilização de equipamento sonoro, ao adequado uso de equipamentos e veículos e à adequada gestão da limpeza e higiene dos espaços públicos;
- IX - prévia aprovação dos órgãos ambientais, de trânsito ou de gestão do espaço pleiteado, quando for o caso;
- X - descrição do local de exercício da atividade, acompanhada, quando for o caso, de registros fotográficos, de desenho ou croqui, com indicação precisa da área pública ocupada, e de informações acerca dos equipamentos ou veículos utilizados;
- XI - termo de credenciamento público, apenas para os pleitos de permissão de uso;
- XII - demais documentos e dados exigidos pelas autoridades fiscais, de forma fundamentada.

§1º O empreendedor ambulante deverá recolher, de forma prévia à expedição de autorização ou permissão de uso, o valor estabelecido em decreto, cobrado a título de preço público.

§2º O pagamento de preço público não exime o autorizatário ou permissionário do recolhimento de encargos, taxas ou outros tributos previstos em lei.

§3º Eventual desistência ou impedimento do exercício da atividade ambulante não ensejará a devolução dos valores pagos a título de preço público, encargos ou tributos.

Seção II Do Credenciamento Público.

Art. 10. Todas as atividades sujeitas à permissão de uso, nos termos desta Lei, dependerão de prévio credenciamento público, por meio de sorteio ou de processo seletivo, resguardados, em qualquer caso, o interesse público, a publicidade, a transparência e o tratamento isonômico dos candidatos.

§1º O Município adotará a permissão de uso sempre que as particularidades de determinado evento, atividade ou localidade, o fluxo de pedestres e veículos ou a elevada demanda de interessados exigirem a adoção de medidas específicas de organização, tais como demarcação das áreas ocupadas e limitação da oferta de vagas.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

§2º O interessado em participar do processo seletivo ou sorteio público definido neste artigo deverá indicar a área ou espaço onde pretende atuar e as atividades que pretende desenvolver, nos termos desta Lei, de sua regulamentação e das regras do edital.

§3º Os documentos de habilitação exigidos para a participação do processo seletivo ou sorteio público, as atividades ofertadas, os locais e suas condições de uso, o quantitativo de vagas e os critérios objetivos de seleção serão definidos em edital.

§4º No caso de vagas remanescentes, seja por desistência ou cassação de licença, o Município poderá convocar imediatamente os participantes da lista de espera ou realizar novo processo de seleção.

CAPÍTULO III DO LICENCIAMENTO

Art. 11. A Licença de Atividades Ambulantes - LAA deverá ser expedida previamente ao exercício de qualquer atividade regulamentada nesta Lei, mediante requerimento do interessado.

§1º O mero protocolo do pedido de licença não autoriza o início das atividades ambulantes.

§2º No alvará de licença deverão constar, dentre outras informações, a identificação do licenciado, o local ou a área de atuação e o prazo de validade.

§3º A Licença de Localização e Funcionamento não exime o requerente da obtenção da Licença de Atividades Ambulantes – LAA, quando esta for exigida para o exercício das atividades disciplinadas nesta Lei.

Art. 12. A atividade ambulante deverá ser direta e obrigatoriamente exercida pelo licenciado, vedada sua substituição por pessoa diversa.

§1º O titular da licença poderá apresentar o nome de 01 (uma) pessoa, com vínculo de parentesco devidamente comprovado, até o terceiro grau, a fim de que ela possa substituí-lo de forma temporária, justificada e excepcional.

§2º Será admitida, excepcionalmente, mediante autorização específica, a indicação de até 02 (dois) ajudantes ou empregados, observado o disposto na legislação federal e nas normas trabalhistas, desde que o auxílio seja compatível com a atividade exercida e que tal informação conste, de forma expressa, na licença. No caso do Microempreendedor Individual – MEI, será respeitado o limite de até 01 (um) empregado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 13. O pleito de licenciamento da atividade ambulante deverá ser instruído com:

- I - termo de autorização ou permissão de uso do espaço público;
- II - demais dados e documentos listados no caput do art. 9º desta Lei.

Parágrafo único. A autorização ou permissão de uso será preferencialmente concedida no âmbito do respectivo processo de licenciamento, conforme os princípios da economia processual e da eficiência administrativa.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES DOS AMBULANTES

Art. 14. É vedado ao empreendedor ambulante:

- I - exercer atividade sem licença ou em desacordo com os termos da licença, da autorização ou da permissão de uso;
- II - ceder a terceiros, por qualquer meio, o direito de exercer as atividades licenciadas;
- III - manter veículos, equipamentos ou produtos em área pública, sem autorização específica ou em desacordo com os termos da outorga de uso;
- IV - utilizar aparelhos sonoros durante suas atividades, salvo autorização específica;
- V - utilizar postes, árvores, muros, passeios públicos e outros equipamentos urbanos, de forma indevida, para a exposição de seus produtos;
- VI - transitar ou estacionar em área pública proibida ou não abrangida por sua outorga de uso;
- VII - descartar indevidamente os resíduos produzidos em suas atividades;
- VIII - comercializar bebidas alcoólicas, armas e munições, fumos, charutos, cigarros, dispositivos eletrônicos para fumar - DEF, gasolina, querosene, substâncias inflamáveis ou explosivas e quaisquer produtos cuja venda seja considerada ilegal;
- IX - criar obstáculos ou riscos, de qualquer tipo, ao livre trânsito de veículos e pedestres;
- X - gerar conflitos ou disputas pela ocupação ou uso de espaços públicos;
- XI - impedir ou dificultar, por qualquer meio, a realização de procedimento fiscal;
- XII - abandonar o exercício da atividade licenciada;
- XIII - exercer suas atividades, ainda que de forma temporária, nas proximidades de estabelecimento que comercialize os mesmos produtos, respeitado o afastamento mínimo de 100 (cem) metros, salvo autorização específica do Município em sentido contrário;
- XIV - desrespeitar as demais regras urbanísticas, tributárias, ambientais, de saúde, de trânsito e de segurança pública aplicáveis às suas atividades.

§1º Os produtos, mercadorias, objetos ou equipamentos fixados em mobiliário urbano ou árvores ou deixados nas calçadas ou áreas públicas, ainda que temporariamente, sem a presença do responsável, serão identificados como sem procedência ou propriedade, ficando sujeitos à apreensão pelo Poder Público.

§2º O responsável por eventuais danos ao mobiliário urbano ou ao patrimônio público deverá ressarcir integralmente os cofres públicos, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

§3º Considera-se abandono da atividade ambulante, para fins de aplicação desta Lei, a ausência injustificada por 15 (quinze) dias consecutivos ou a descontinuidade do serviço por 01 (um) mês.

§4º Em caso de desistência ou encerramento definitivo da atividade, o empreendedor ambulante deverá solicitar o cancelamento da licença junto ao órgão competente no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena das sanções previstas nesta Lei.

Art. 15. O empreendedor ambulante deverá portar ou utilizar, durante suas atividades:

- I - documento de identificação pessoal;
- II - alvará de licença;
- III - placa de licença fixada no veículo ou equipamento, quando for o caso, em local de ampla visibilidade;

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

IV - colete oficial, quando fornecido pelo Município.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Seção I Das Competências

Art. 16. A fiscalização das disposições desta Lei será realizada de forma intersetorial pelos órgãos públicos envolvidos, cada qual no seu âmbito de atuação e conforme as atribuições legais de seus agentes.

§1º Os empreendedores ambulantes deverão observar, independentemente da regular expedição de licença, as normas sanitárias, ambientais, urbanísticas, tributárias, de segurança, de higiene e de circulação de veículos e pedestres.

§2º Em caso de infração constatada por agente público sem competência para aplicar as penalidades previstas nesta Lei, será encaminhada ao órgão de fiscalização urbanística peça de constatação com as informações necessárias para a devida responsabilização administrativa do infrator.

§3º Os órgãos de segurança pública poderão ser acionados para auxiliar na identificação de infratores e no cumprimento das medidas administrativas previstas nesta Lei.

Seção II Das Infrações e das Penalidades

Art. 17. A inobservância a qualquer disposição desta Lei, seja por ação ou omissão, implicará a lavratura de auto de notificação ou de infração, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas nesta Lei e nas demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. O empreendedor ambulante também é responsável pelas infrações praticadas por ajudante ou empregado, concernentes ao exercício de suas atividades.

Art. 18. O auto de notificação estabelecerá prazo para a regularização da atividade antes da aplicação de penalidades.

§1º O auto de notificação, quando expedido, terá prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis, uma única vez, por igual período.

§2º Uma vez notificado, o infrator ficará sujeito à lavratura de auto de infração caso seja constatada nova violação ao disposto nesta Lei.

Art. 19. O auto de infração indicará, dentre outros aspectos, a descrição sucinta das irregularidades constatadas e as penalidades aplicadas, nos termos desta Lei.

§1º Lavrado o auto de infração, terá o infrator o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

§2º O auto de infração também poderá ter como fundamento peças de constatação ou autos de apreensão, quando for o caso, ainda que tais documentos sejam expedidos por órgãos ou entes diversos.

§3º Salvo disposição em sentido contrário, as infrações e as respectivas penalidades são cumulativas, mantido, em qualquer caso, o dever de regularização do infrator.

Art. 20. Os responsáveis por infrações decorrentes da inobservância aos preceitos desta Lei e das demais normas correlatas ficam sujeitos, de forma cumulativa, às seguintes penalidades:

- I - ordem de cessar imediatamente a atividade;
- II - multa;
- III - suspensão de licença;
- IV - cassação de licença;
- V - interdição parcial ou total de atividade;
- VI - apreensão de produtos, equipamentos e veículos;
- VII - suspensão do direito de participar de processo seletivo ou sorteio público do Município, nos termos desta Lei, pelo prazo de 02 (dois) anos, em caso de desrespeito à interdição.

§1º Os agentes públicos municipais envolvidos na fiscalização desta Lei ficam autorizados a aplicar a ordem de cessar, independentemente de prévia notificação, como medida administrativa de caráter predominantemente orientativo, visando ao encerramento da atividade ambulante irregular, de forma colaborativa.

§2º Para as infrações previstas nesta Lei, serão aplicadas as seguintes multas:

- I - exercício irregular de atividade ambulante ou descumprimento de notificação - 05 (cinco) UFM;
- II - descumprimento de ordem de cessar ou de interdição - 25 (vinte e cinco) UFM;
- III - dano ao mobiliário urbano ou ao patrimônio público - 50 (cinquenta) UFM.

§3º A suspensão da licença será aplicada nos seguintes casos:

- I - revogação de autorização ou permissão de uso;
- II - recomendação de órgão ambiental, sanitário, de trânsito ou de segurança;
- III - pelo não atendimento às notificações das autoridades fiscais;
- IV - pelo descumprimento dos termos da autorização ou permissão de uso e da licença.

§4º A cassação da licença será aplicada nos seguintes casos:

- I - licença suspensa há mais de 30 (trinta) dias;
- II - abandono de atividade;
- III - desrespeito à interdição.

§5º A interdição poderá ser aplicada pelas autoridades competentes, independentemente de prévia notificação, como medida administrativa destinada a restringir ou proibir o exercício de atividade ambulante, tanto em casos de violação ao disposto nesta Lei quanto em decorrência da suspensão ou cassação de licença, e será levantada apenas quando forem eliminadas ou sanadas as causas que a determinaram.

Art. 21. Na reincidência ou persistência, a multa prevista será aplicada em dobro.

§1º Considera-se infrator reincidente aquele autuado mais de uma vez por infração ao disposto nesta Lei, no período de 01 (um) ano.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000

§2º Considera-se persistência a prática continuada de infração ou omissão após a aplicação da penalidade.

Art. 22. Os produtos, equipamentos e veículos apreendidos poderão ser restituídos ao legítimo proprietário, mediante comprovação da titularidade e pagamento do preço público de apreensão, condução e armazenamento.

§1º O agente público responsável pela apreensão designará os depositários para a guarda de produtos, equipamentos e veículos, conforme disponibilidade de espaço, estrutura e pessoal.

§2º O armazenamento de produtos, equipamentos e veículos apreendidos observará normas e diretrizes estabelecidas em instrução normativa ou decreto.

§3º Em caso de infração ambiental, sanitária ou de trânsito, também caberá aos órgãos competentes efetuar a apreensão nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 23. O anunciante será solidariamente responsável pelas infrações decorrentes da veiculação de publicidade impressa, visual ou sonora, quando realizada por meio de atividade ambulante irregular.

Parágrafo único. Considera-se anunciante, para fins de aplicação deste artigo, a pessoa física ou jurídica que contrata serviços de publicidade para a divulgação de seus produtos, serviços, marcas ou ideias.

Seção III Do Processo Administrativo

Art. 24. A notificação dos atos fiscais será considerada regular quando realizada por qualquer um dos seguintes meios:

- I - pessoalmente;
- II - via postal, com aviso de recebimento;
- III - via publicação em jornal oficial do Município;
- IV - via eletrônica, por e-mail, aplicativo de mensagens ou outras ferramentas digitais utilizadas pelo Município;
- V - qualquer outro meio que assegure a ciência do interessado.

Parágrafo único. Verificada a ocorrência de mais de uma notificação oficial referente ao mesmo ato fiscal, prevalecerá a mais antiga.

Art. 25. Os recursos administrativos interpostos contra atos fiscais urbanísticos, nos termos desta Lei, deverão tramitar de forma digital, por canal indicado pelo Município.

§1º A interposição de recurso suspende apenas o lançamento da multa, salvo determinação expressa da autoridade que analisa sua admissibilidade.

§2º A ausência da defesa sujeitará o autuado às consequências da revelia.

§3º Caberá aos órgãos indicados no art. 141 da Lei Complementar nº 467, de 12 de novembro de 2024, o julgamento dos recursos administrativos.

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304.053
FONE (47) 3341-6000



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. A esta Lei se aplicam, de forma subsidiária e complementar, as demais disposições legais contidas na legislação municipal urbanística e tributária, especialmente as regras atinentes ao processo administrativo fiscal urbanístico.

Art. 27. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em sentido contrário.

Parágrafo único. Caso o vencimento ocorra em dia sem expediente administrativo, o prazo será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Ficam revogados:

I - a Lei nº 29, de 09 de agosto de 1948; e,
II - o art. 37, o art. 38, o art. 39, o art. 40, o art. 41, o art. 42, o art. 43, o art. 44, o art. 45 e o art. 159, todos da Lei nº 2.734, de 29 de junho de 1992.

Prefeitura de Itajaí, 14 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA LEGISLATIVA

LEI Nº 7.828, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

**DENOMINA DE RUA MÁRCIO ANTÔNIO SILVEIRA
A RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL
LOCALIZADA NO LOTEAMENTO SANTA REGINA
3, VIAS RUA H01 E RUA H02, NESTE MUNICÍPIO.**

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Márcio Antônio Silveira a rua sem denominação oficial - Rua H01 e Rua H02, localizada no Loteamento Santa Regina 3, no Bairro Santa Regina, em Itajaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 14 de outubro de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
Procurador-Geral do Município

ATOS DA SEGOV



AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE 150/2025
Processo SIPE: Nº 285692/2025-e

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE MUSCULAÇÃO, DESTINADOS A GARANTIR A INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA ATENDER AOS ATLETAS LOCAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL.

Empresa vencedora:

W.E.V. COMERCIAL LTDA (04.372.852/0001-60) no valor total de R\$ 48.200,00 (quarenta e oito mil, duzentos reais).

ITAJAÍ - SC, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

SÉRGIO MURILO PEREIRA
Secretário Municipal de Governo



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 177/2025
Processo Sipe nº 308099/2025

O Município de Itajaí torna público que contratou, mediante Dispensa de Licitação, a empresa **DIEGO MURILO DE SOUZA**, para Aquisição de 01 porta de giro de fachada e pele de vidro, com mola, vidro refletivo prata, incluindo marcos, instalação e puxador vertical para o Corpo de Bombeiros, pelo valor de R\$ 7.970,67 (sete mil, novecentos e setenta reais e sessenta e sete centavos), com fundamento artigo 75, inciso III, da Lei nº 14.133/21.

Itajaí-SC, outubro de 2025
Assinado e datado digitalmente

ETTORE GUSTAVO STENGHELE
Secretário de Segurança

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

ASSUNTO: RESCISÃO UNILATERAL – FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA (CNPJ nº 21.935.659/0001-00).

OBJETO: CONTRATO nº 116/2023-FMAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE TECNOLOGIA SIMILAR, PARA GARANTIR A OFERTA DO BENEFÍCIO EVENTUAL NA MODALIDADE AUXÍLIO-CARTÃO SOCIAL.

SIPE nº 342238/2025-e

DECISÃO ADMINISTRATIVA 046/2025-ASSE.

1. RELATÓRIO

O presente processo tem por objeto a análise da rescisão contratual do Contrato nº 116/2023-FMAS, firmado entre o Município de Itajaí e a empresa **FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, destinado a garantir a oferta do benefício eventual na modalidade auxílio-cartão social.

Conforme apurado, diversos estabelecimentos conveniados deixaram de aceitar os cartões, sob a justificativa de inadimplemento de repasses por parte da contratada, fato que inviabilizou o uso dos benefícios por parte dos cidadãos atendidos.

Apesar de todas as tentativas de contato, a empresa não apresentou resposta nem justificativa concreta acerca da irregularidade, mantendo-se inerte quanto à regularização dos repasses e à retomada dos serviços, o que ocasionou prejuízo direto aos beneficiários do programa assistencial.

Resalta-se que a responsabilidade pela manutenção da rede conveniada e pela efetivação dos repasses aos estabelecimentos é integralmente da contratada, sendo a interrupção dos

Lauda 1 de 3

Secretaria Municipal de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88301-905 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6252 • Fax 3341-6183
www.itajai.sc.gov.br

serviços uma falha contratual grave, especialmente por envolver pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania destacou, ainda, a urgência na continuidade dos serviços, tendo em vista que a paralisação compromete o atendimento imediato de famílias que dependem do benefício para aquisição de alimentos e itens de primeira necessidade, configurando situação de interesse público relevante.

Diante da inexecução contratual e da necessidade de assegurar a continuidade do serviço essencial, a Secretaria solicitou a rescisão unilateral do contrato, a convocação da empresa remanescente e a instauração de processo administrativo sancionador.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Lei nº 8.666/1993, em seu art. 78, incisos I, II e III, prevê as hipóteses de rescisão do contrato administrativo, dentre elas o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas e o descumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

Conforme dispõe o art. 79, inciso I, do mesmo diploma legal, a rescisão unilateral poderá ser determinada pela Administração, nos casos enumerados no art. 78, sempre que houver razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade competente.

Adicionalmente, o §1º do art. 79 estabelece que a rescisão administrativa deverá ser formalmente motivada e assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Cumprido destacar, ainda, o disposto no art. 80, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, que impõe à contratada a responsabilidade pelas consequências advindas de sua inexecução, inclusive quanto a possíveis prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

Lauda 2 de 3

Secretaria Municipal de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88301-905 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6252 • Fax 3341-6183
www.itajai.sc.gov.br

A medida proposta, portanto, está devidamente amparada na legislação vigente, visando resguardar o interesse público, garantir a continuidade dos serviços assistenciais e assegurar o atendimento digno e ininterrupto às famílias beneficiárias do programa social municipal.

3. DECISÃO

Com fundamento nos arts. 78, incisos I, II e III; 79, inciso I; e 80, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, **DECIDE-SE:**

- Rescindir unilateralmente o Contrato nº 116/2023-FMAS, firmado com a empresa **FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, em razão do inadimplemento das obrigações contratuais e da interrupção injustificada dos serviços prestados;
- Determinar a instauração de processo administrativo sancionador em desfavor da empresa **FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, para apuração e eventual aplicação das penalidades cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
- Notificar formalmente a empresa contratada acerca da presente decisão e das obrigações decorrentes da rescisão contratual;
- Convocar a empresa remanescente, conforme ordem de classificação, para apresentar e validar os documentos pertinentes à execução do objeto, garantindo a continuidade dos serviços assistenciais sem prejuízo à população beneficiária.

Itajaí, terça-feira, 14 de outubro de 2025

SERGIO
MURILO
PEREIRA

Assinado de forma
digital por SERGIO
MURILO PEREIRA
Data: 2025.10.14
15:17:11 -0300

Sérgio Murilo Pereira

Secretário Municipal de Governo

Lauda 3 de 3

Secretaria Municipal de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88301-905 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6252 • Fax 3341-6183
www.itajai.sc.gov.br

Extrato: CONTRATO Nº 298/2025
Nome: Município de Itajaí
Empresa: AUTENTIKA ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME
CNPJ: 29.084.108/0001-91
Quadro Societário: Jackson Almeida dos Santos
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Referência Modalidade: PE 144/2025
Número do Processo: 223263/2025-e
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COMUM, PARA LIMPEZA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO CORRETIVA DE "BOCAS DE LOBO", COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO, PARA O CENTRO DE ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS (SÃO VICENTE e SANTA REGINA).
Data Assinatura: 15/10/2025
Vigência: O contrato terá vigência de 12 meses a partir da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Extrato: CONTRATO Nº 251/2025
Nome: Município de Itajaí
Empresa: Ronelle Rodrigues Santa Ana
CPF nº: 864.XXX.XXX/87
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Modalidade: inexigibilidade
Referência Modalidade: Inexigibilidade de Licitação 154/2025
Objeto: Aquisição de licença do software para orçamentos das demandas do setor de infraestrutura para a Rede Municipal de Educação.
Data Assinatura: 17/09/2025
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/2025

Processo Sipe nº 275930/2025

O Município de Itajaí torna público que contratou, mediante Inexigibilidade de Licitação, a empresa **3F LTDA**, para Aquisição de licença do software para orçamentos das demandas do setor de infraestrutura para a Rede Municipal de Educação, pelo valor de R\$ 1.998,00 (mil, novecentos e noventa e oito reais), com fundamento artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Itajaí-SC, 17 de setembro de 2025.
Assinado e datado digitalmente

SILVANO PEDRO AMARO
Secretário de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 218/2025

CHAVE TCE: 68AB25BE35EFE0307B05BF8E0E574C1AACC3A985
O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ torna público que até as **08h30min do dia 03 de novembro de 2025**, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE CENOGRAFIA, ESTRUTURAS E MOBILIÁRIOS, INCLUINDO MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM, BEM COMO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE, MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA TEMPORADA DE CRUZEIROS 2025/2026, NO CENTREVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, EM ITAJAÍ/SC, PELO PERÍODO DE DEZEMBRO/2025 A MARÇO/2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR DESEMPENHO E QUANTITATIVOS ESTIMADOS. A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 08h31min DO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2025**. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site www.itajai.sc.gov.br. Informações no e-mail licitacoes@itajai.sc.gov.br.

Itajaí (SC), 15 de outubro de 2025.
SERGIO MURILO PEREIRA
Secretário Municipal de Governo

CONTRATO Nº 186/2025

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E ECO VERDE AMBIENTAL LTDA

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001-52, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **ECO VERDE AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Rio Negro, nº 35, Bairro Tabuleiro, Cidade Matinhos, Estado Paraná, CEP: 83.260-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.615.217/0001-35, email: ecoverdeambiental@outlook.com, neste ato representada por sua Sócia Administradora Srª. **Ana Julia Vaz Costa**, inscrita no CPF sob nº 133.XXX.XXX-94, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo de rescisão nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 186/2025, cujo objeto consistia na prestação de serviços de conservação urbana, tipo tapa-buraco, com fornecimento de mão de obra qualificada e equipamento especializado, conforme decidido na Decisão Administrativa nº 045/2025-ASse, constante do Processo SIPE nº 323357/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E MOTIVAÇÃO

A presente rescisão é promovida com fulcro no artigo 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude do inadimplemento contratual pela **CONTRATADA**.

Desde o início dos contatos, verificou-se a ausência das providências necessárias para a execução contratual, especialmente quanto à apresentação da equipe e dos equipamentos para vistoria e, posteriormente, ao início da execução dos serviços. Apesar das diversas tentativas de comunicação e das notificações formais expedidas pelo Município, a **CONTRATADA** deixou de cumprir os prazos estabelecidos, inviabilizando o início da execução do contrato.

Linha 1 de 2

Secretaria Municipal de Governo
Rua Alberto Werner - 100 - Vila Operária
88301-905 - Itajaí - Santa Catarina
Fone: 47 3341-6262 - Fax: 3341-6183
www.itajai.sc.gov.br

Dessa forma, restou configurada a quebra das obrigações pactuadas, comprometendo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, razão pela qual a rescisão unilateral se impõe como medida necessária à preservação do interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E PROVIDÊNCIAS FUTURAS

O inadimplemento contratual ora reconhecido poderá ensejar, nos termos do edital, do contrato e da legislação pertinente, a instauração de processo sancionador em face da **CONTRATADA**, nos moldes dos artigos 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da cobrança de eventuais indenizações e demais responsabilidades cabíveis.

A presente rescisão contratual produzirá efeitos a partir da data de sua publicação, servindo o presente termo como título hábil para os devidos registros e efeitos administrativos e legais.

Itajaí, terça-feira, 14 de outubro de 2025

SERGIO
MURILO
PEREIRA

Assinado de forma digital por
SERGIO MURILO PEREIRA
Data: 2025.10.15
14:35:08 -03'00'

SERGIO MURILO PEREIRA
Secretário Municipal de Governo

TARCIZO
ZANELATO

Assinado de forma digital por
TARCIZO ZANELATO
Data: 2025.10.15 14:27:52
-03'00'

TARCIZO ZANELATO
Secretária Municipal de Obras



ATOS DO SEMASA



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato- 1189 - Vila Operária
88303-101 - Itajaí - Santa Catarina
Fone: 0800 845 0195 - 47 3344-9000
www.semasa.itajai.com.br

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025-LIC-099674

Contratação objetivando a participação no Seminário Nacional "3ª Conexão Zênite: Conectar para Transformar - Decisões para Contratações mais Seguras e Inteligentes", a ser realizado de forma presencial no município de Curitiba/PR, no período de 05 a 07 de novembro de 2025, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, para 02 (dois) colaboradores do SEMASA.

Vistos etc.

Ratifico e aprovo o processo de inexigibilidade supra identificado, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, para a contratação objetivando a participação no Seminário Nacional "3ª Conexão Zênite: Conectar para Transformar - Decisões para Contratações mais Seguras e Inteligentes", a ser realizado de forma presencial no município de Curitiba/PR, no período de 05 a 07 de novembro de 2025, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas, para 02 (dois) colaboradores do SEMASA, a ser ministrado pela empresa Zênite Informação e Consultoria S.A., CNPJ nº 86.781.069/0001-15, pelo valor global de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), tendo em vista o orçamento da empresa e as razões e justificativas constantes no processo.

Itajaí, 16 de outubro de 2025.

Celso Hugo Praun Filho
Diretor-Geral - SEMASA

PORTARIA Nº 080/2025, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025

CONSIDERANDO a ausência do Assessor de comunicação, **THEOBALDO CEVEY**, para gozo de sua licença paternidade no período de 07/10/2025 à 26/10/2025.

O Diretor Geral do SEMASA, Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso II da Lei Complementar 367/2019, de 20 de dezembro de 2019, resolve:

INDICAR,

ANNA BARBARA MEDEIROS, Jornalista, para assumir as funções e competências do Assessor de comunicação durante sua ausência no período de 07/10/2025 à 26/10/2025.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Itajaí, 14 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gouver
Data: 14/10/2025 17:22:04-0300
verifique em <https://verificador.digov.br>

CELSONO HUGO PRAUN FILHO
Diretor Geral - SEMASA

ATOS DA SEC. DE TURISMO

Extrato: CONTRATO Nº 057/2025
Nome: FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Empresa: PLAYGROUND LTDA
CNPJ: 19.947.834/00001-37
Fundamento Legal: Nos termos da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
Modalidade: Credenciamento
Referência Modalidade: 010/2025
Número do Processo: 235907/2025-e
Objeto: O presente contrato tem por objeto a realização do show musical do grupo Pagode Playlist, no Centreventos, por ocasião da 36ª Marejada 2025
Data Assinatura: 11/10/2025
Valor: O valor do grupo Pagode Playlist (12/10) é de R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)
O valor do grupo Pagode Playlist (18/10) é de R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)
Vigência: O prazo de vigência da contratação é com início a partir da data da última assinatura de todas as partes até 30/11/2025

O NOSSO JORNAL!

Transparência
e informação.



